CERRADINHO BIOENERGIA S.A.

CNPJ/ME Nº 08.322.396/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SAFRA 2025/26

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO Apresentamos o Relatório da Administração referente à safra 2025/26, exercício evidenciado pela nossa forte evolução em performance operacional e disciplina de custos. Em maio de 2025, o Grupo Cerradinho consolidou a produção de açúcar VHP em sua unidade de Chapadão do Céu (GO), concluindo um ciclo de investimentos iniciado em 2022, que totalizou R$ 465.000 mil. A plena operação da fábrica de açúcar representa um avanço relevante na ampliação da capacidade industrial do Grupo e na diversificação de seu portfólio de produtos. O projeto ampliou a flexibilidade operacional da unidade, permitindo o direcionamento da cana-de-açúcar para a produção de açúcar ou etanol conforme as condições de mercado e as margens relativas de cada produto, contribuindo para maior eficiência na utilização dos ativos industriais. Neste segundo ano de operação da fábrica, com 11 meses de funcionamento já considerando a conclusão da segunda e última fase do projeto, foram produzidas 415 mil toneladas de açúcar VHP, resultando em receita líquida de R$ 898.033 mil. Com a consolidação desse investimento, O Grupo evoluiu de uma operação historicamente focada na produção de etanol e energia elétrica para uma plataforma integrada de bioenergia, apta a atuar de forma competitiva nos mercados de açúcar, etanol de cana, etanol de milho, energia elétrica e coprodutos, ampliando seu portfólio de produtos e sua capacidade de captura de oportunidades ao longo do ciclo sucroenergético. Ainda no decorrer da safra 2025/26, foi aprovada e iniciada a execução do projeto de expansão da unidade industrial de Chapadão do Céu/GO da subsidiária integral Neomille S.A., representando mais um passo relevante no aumento da escala produtiva do Grupo. O projeto prevê investimentos da ordem de R$ 140.000 mil, com foco na ampliação de aproximadamente 30% da capacidade de processamento da unidade, totalizando 1.200 mil de toneladas de milho processadas por ano, reforçando a integração e a diversificação da plataforma de bioenergia do Grupo Cerradinho. A safra 2025/26 apresentou crescimento robusto em nossos principais indicadores: • Receita consolidada: R$ 4.288.218 mil (+16%) • EBITDA Ajustado: R$ 1.535.606 mil (+35%), com margem de 36% • Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA): 1,40x (-29%), mesmo com ciclo intenso de investimentos A expansão de 35% no EBITDA Ajustado reflete a combinação de três fatores principais: (i) ampliação e consolidação da produção de açúcar, produto que na safra apresentou margem superior ao etanol de cana; (ii) maior volume de etanol e coprodutos de milho; e (iii) ambiente favorável de custos, especialmente no milho. Reafirmamos o compromisso do Grupo Cerradinho com disciplina financeira, excelência operacional e sustentabilidade, pilares que sustentam a criação de valor de longo prazo. O negócio de cana enfrentou desafios climáticos na safra 2024/25, o que impactou o desenvolvimento do canavial e sua produtividade para o ciclo seguinte. A qualidade da cana foi inferior, com TCH médio de 79,6 t/ha (-4% em relação à safra anterior) e ATR médio de 139,0 kg/ton., em linha com o exercício comparativo. Entretanto, a moagem avançou 8% para 5.181 mil toneladas, com 18 dias a mais de moagem, compensando a menor produtividade. Paralelamente, o negócio de milho demonstrou elevado nível de eficiência e precisão. A moagem consolidada de milho atingiu 1.514 mil toneladas (+4%), impulsionando a produção de etanol de milho para 687 mil m³ (+5%), e estimulando a economia circular com produção de coprodutos (DDGs, WDGs e óleo de milho cresceram 2% e 9%, respectivamente). Os resultados conquistados nesta safra são fruto da dedicação, competência e comprometimento dos colaboradores. Em um ano de desafios operacionais, nossa equipe demonstrou resiliência, capacidade de adaptação e excelência técnica na execução de projetos complexos. Reforçamos nosso compromisso com a saúde e segurança de todos os nossos *stakeholders*, com programas contínuos de capacitação e com a valorização das comunidades onde operamos em Goiás e Mato Grosso do Sul, gerando empregos diretos e indiretos e contribuindo para o desenvolvimento regional. Agradecemos a confiança de nossos acionistas, a parceria de fornecedores e clientes, o compromisso de nossos colaboradores e o apoio das comunidades. Seguimos comprometidos em construir um futuro mais próspero, eficiente e sustentável. **Chapadão do Céu/GO, 16/06/2026. A Administração da Cerradinho Bioenergia S.A. 2. Perfil da Companhia e Contexto Setorial 2.1. Descrição do negócio** A Cerradinho Bioenergia S.A. é uma companhia de capital aberto, constituída em 2006, com sede em Chapadão do Céu (GO) e controlada pela Cerradinho Participações S.A. Embora não possua ações negociadas em bolsa, a Companhia mantém os padrões de governança corporativa exigidos pela B3 para companhias listadas, com estrutura de Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, políticas formais de gestão de riscos e compliance, e compromisso com transparência na prestação de contas. O Grupo opera através de duas empresas: (i) CerradinhoBio (controladora), dedicada à produção de etanol de cana, açúcar VHP e energia elétrica em Chapadão do Céu (GO), com operações iniciadas em 2009 e produção de açúcar inaugurada em julho/2024; e (ii) Neomille S.A. (subsidiária integral), produtora de etanol de milho e coprodutos (DDGs e óleo), com plantas em Chapadão do Céu (GO), desde 2019, e Maracaju (MS), desde janeiro/2024. Na safra 2025/26, o Grupo processou 5.181 mil de toneladas de cana e 1.514 mil toneladas de milho, produzindo 865 mil m³ de etanol hidratado equivalente, 415 mil toneladas de açúcar e exportando 404 GWh de energia renovável, gerando receita líquida consolidada de aproximadamente R$ 4.300 mil. **2.2. Contexto Setorial** O setor sucroenergético brasileiro seguiu em 2025/26 em um processo de consolidação estrutural, caracterizado pela busca por eficiência, diversificação produtiva e protagonismo na agenda de transição energética. Esse movimento permanece apoiado principalmente por: (i) o avanço das políticas de descarbonização, com destaque para o RenovaBio, o aumento da mistura de etanol na gasolina (E30) e a crescente relevância dos créditos de carbono; (ii) a expansão contínua do etanol de milho, que amplia a oferta de biocombustíveis e reduz a sazonalidade da produção; e (iii) a demanda global por soluções energéticas de menor intensidade de carbono. **Mercado de Etanol:** Ao longo de 2025, o mercado doméstico de etanol manteve volumes elevados de consumo, sustentado pela ampla frota *flex fuel* e pela competitividade estrutural do biocombustível frente à gasolina, mesmo em um ambiente de maior oferta. A produção de etanol de milho continuou em trajetória de crescimento, reforçando a disponibilidade do produto fora do exercício tradicional de safra da cana-de-açúcar e contribuindo para a estabilidade do abastecimento nacional. No mercado externo, as exportações permaneceram como alternativa estratégica, impulsionadas por mandatos de mistura e compromissos ambientais em mercados como América do Norte, Europa e Ásia. **Mercado de Açúcar:** O mercado global de açúcar apresentou elevada volatilidade ao longo da safra 25/26. Restrições de oferta em importantes países produtores da Ásia sustentaram preços internacionais firmes em parte do exercício, reforçando a competitividade do Brasil como principal fornecedor global. A entrada da safra 2025/26 foi marcada por expectativas de ajuste na produção do Centro-Sul, influenciada por eventos climáticos adversos e pela redução da produtividade agrícola, ainda que a demanda internacional permanecesse resiliente, especialmente em mercados emergentes da Ásia e da África. **Energia Elétrica:** O mercado de energia elétrica brasileiro, em 2025/26, continuou valorizando fontes renováveis e complementares à geração hídrica. A bioeletricidade proveniente da cana-de-açúcar manteve papel estratégico, especialmente em exercícios de maior restrição hidrológica, reforçando sua importância para a segurança do sistema elétrico nacional. A cogeração a partir da biomassa consolidou-se como fonte eficiente e sustentável, com potencial de geração concentrado nos meses de safra. **Desafios e Tendências Setoriais:** O setor seguiu enfrentando desafios relevantes, como a volatilidade dos preços internacionais das commodities, os impactos climáticos sobre a produtividade agrícola, o aumento dos custos de insumos (fertilizantes, defensivos e combustíveis) e a necessidade de avanços regulatórios para novos produtos energéticos. Nesse contexto, a flexibilidade operacional, a diversificação de matérias-primas (cana e milho), a ampliação do portfólio de produtos e o foco em eficiência e sustentabilidade permaneceram como fatores-chave de competitividade e resiliência para as empresas do setor. **3. Desempenho Operacional** O Grupo opera dois negócios com perfis distintos: Negócio Cana (CerradinhoBio - controladora) e Negócio Milho (Neomille – subsidiária integral). Apresentamos os principais indicadores de forma segmentada para facilitar a análise.

DADOS OPERACIONAIS	25/26	24/25	VAR. %
Moagem total: cana + milho equivalente a cana (mil t)	16.024	15.270	5%
Moagem de cana total (mil t)	5.181	4.815	8%
% Cana própria	63%	41%	54%
Moagem de milho (mil t)	1.514	1.460	4%
Produtividade Agrícola	80	83	(4%)
ATR (kg/t)	139	139	0%
ATR (kg/ha)	11.067	11.486	(4%)
Produção de etanol total (mil m³)	865	994	(13%)
Produção de Açúcar VHP (mil t)	415	141	194%
Produção de DDGs + WDG (mil t)	377	371	2%
Produção de óleo (mil t)	29,0	26,0	12%
Exportação de energia (GWh)	404	350	15%
Venda de CBIOs (mil)	210	435	(52%)

*Não considera venda de cana própria realizada para terceiros para os períodos.

A partir de dezembro de 2025, a Companhia passou a adotar a Unidade de Energia Equivalente (UEQ) como metodologia para converter a moagem de milho em cana equivalente. Com a nova abordagem, cada tonelada de milho é multiplicada por 7,16 para fins de equivalência energética, substituindo o critério anteriormente utilizado, que aplicava o fator 5,3, derivado da relação entre o *yield* de etanol de milho e o *yield* de etanol de cana-de-açúcar. A UEQ representa uma unidade padronizada de energia baseada no conteúdo energético do etanol, calculado a partir do Poder Calorífico Inferior (PCI) definido pela Resolução ANP nº 758/2018. Essa revisão metodológica possibilita maior comparabilidade entre matérias-primas com composições energéticas distintas e contribui para aprimorar as análises consolidadas de eficiência industrial. A safra 2025/26, foi finalizada com a moagem de cana-de-açúcar da CerradinhoBio, totalizando 5.181 mil toneladas (24/25: 4.815 mil toneladas), 8% superior ao registrado no mesmo exercício da safra anterior. Já em relação à moagem de milho, foram processadas 1.514 mil toneladas (24/25: 1.460 mil toneladas), volume 4% superior ao comparativo da safra anterior. No negócio de cana, foram produzidos 178 mil m³ (24/25: 337 mil m³) de etanol hidratado, o que representou uma redução de 47% em relação à safra anterior, uma vez que parte do Açúcar Total Recuperável (ATR) da cana esmagada foi convertido para a produção das 415 mil toneladas de açúcar (24/25 141 mil toneladas). No negócio de milho, além da produção de 257 mil m³ de etanol anidro (24/25: 170 mil m³) e 419 mil m³ de etanol hidratado (24/25: 479 mil m³), que compõem o etanol total equivalente, foram produzidas 377 mil toneladas de DDGs + WDG (24/25: 371 mil toneladas) e 29 mil toneladas de óleo (24/25: 26 mil toneladas), sendo os dois últimos produtos utilizados na nutrição animal. No segmento de energia elétrica, foram exportados 404 GWh para a rede (24/25: 350 GWh), dos quais 158 GWh (24/25: 144 GWh, considerando vapor e eletricidade) foram destinados à planta de milho, o que representa um aumento de 15% em relação ao mesmo exercício da safra anterior. Esse crescimento decorreu da melhoria da performance operacional dos geradores, resultando em maior eficiência energética da planta Também foram comercializados 210 mil CBIOs (24/25: 435 mil CBIOs), uma redução de 52% em comparação com o mesmo exercício anterior, por estratégia comercial da Companhia. **4. Desempenho Econômico-Financeiro 4.1. EBITDA Ajustado e Rentabilidade** O Grupo demonstra o EBITDA conforme Resolução CVM 156, mas adota o EBITDA Ajustado, excluindo os impactos da adoção do IFRS 16, efeitos não caixa valor justo de ativos biológicos, amortização de tratos culturais (ativo biológico colhido) e amortização de gastos de entressafra, com objetivo de demonstrar a forma com que a administração avalia sua geração operacional de caixa. Neste contexto, o EBITDA Ajustado consolidado atingiu R$1.535.606 mil na safra 2025/26 (24/25: R$1.134.393 mil), 35% superior ao valor auferido no mesmo exercício da safra anterior, com margem EBITDA Ajustado de 36% (24/25: 31%), conforme reconciliação a seguir:

"COMPOSIÇÃO DO EBITDA (em R$ mil)"	25/26	24/25	VAR. %	Nota DFs
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	504.600	268.725	88%	DRE
Despesa financeira líquida	600.963	476.414	26%	28
Depreciação e amortização	151.275	128.677	18%	27
Depreciação de canaviais	93.093	62.686	49%	27
Depreciação direito de uso	107.504	108.781	(1%)	27
EBITDA	1.457.435	1.045.283	39%	-
Margem EBITDA	34%	28%	21%	-
Amortização de gastos de entressafra	129.784	98.838	31%	27
Amortização de tratos (ativo biológico colhido)	134.515	122.922	9%	27
Variação no valor justo do ativo biológico - Cana	(39.684)	13.881	(386%)	11
Variação no valor justo do ativo biológico - Eucalipto	6.977	2.426	188%	11
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	11.764	-	n.a.	8
Estorno de contratos agrários (efeito não caixa IFRS 16)	(155.095)	(148.958)	4%	27
Estorno rescisão de contratos - IFRS 16	(10.089)	-	n.a.	28
EBITDA Ajustado	1.535.606	1.134.393	35%	-
Margem EBITDA ajustado	36%	31%	17%	-

A melhora no EBITDA consolidado é explicado e pelo maior volume e preço de etanol de milho somado a um custo de milho menor. **4.2. Dados financeiros consolidados** A receita consolidada atingiu R$ 4.288.218 mil, crescimento de 16% vs. safra anterior (R$ 3.712.346 mil. O aumento da receita é explicado por uma composição de fatores, sendo os principais: (i) consolidação da produção e comercialização de açúcar após expansão da fábrica; e (ii) maior volume vendido de etanol oriundo do milho (especialmente o anidro), e seus coprodutos.

DADOS FINANCEIROS	25/26	24/25	VAR. %
Receita (R$ mil)	4.288.218	3.712.346	16%
Etanol de cana	506.648	857.328	(41%)
Etanol de milho	2.144.140	1.805.921	19%
Açúcar VHP	898.033	325.221	176%
Energia	165.792	143.560	15%
DDG + WDG	395.867	368.458	7%
Óleo	165.204	122.429	35%
CBIOs	6.244	26.576	(77%)
Outras	6.290	62.853	(90%)
EBITDA Ajustado Consolidado (R$ mil)	1.535.606	1.134.393	35%
Margem EBITDA Ajustado (R$ mil)	36%	31%	17%
Lucro Líquido (R$ mil)	372.687	196.528	90%

4.3. Endividamento

DADOS FINANCEIROS	25/26	24/25	VAR. %	Nota DFs
Dívida Líquida (R$ mil)	2.155.825	2.284.891	(6%)	4.2
Liquidez Corrente Ajustada (x)	2,38	1,93	23%	-
Alavancagem LTM (x)	1,40	2,01	(29%)	-

A dívida líquida recuou 6% na safra 2025/26, evidenciando a disciplina financeira do Grupo, com geração positiva de caixa, mesmo frente a um ciclo de investimentos. Com isso, a Alavancagem, medida pelo endividamento líquido/EBITDA Ajustado, reduziu em 29%, atingindo 1,40 (março/25: 2,01x). **4.4. Liquidez**

"COMPOSIÇÃO DA LIQUIDEZ CORRENTE (em R$ mil)"	25/26	24/25	VAR. %	Nota DFs
Ativo Circulante	3.236.403	2.951.487	10%	BP
Passivo Circulante	1.444.116	1.621.599	(11%)	BP
Liquidez Corrente	**2,24**	**1,82**	**23%**	-
Arrendamentos a receber - Ajuste ao ativo circulante	(1.732)	(9.506)	(82%)	10%
Arrendamentos a pagar - Ajuste ao passivo circulante	(22.630)	(33.275)	(32%)	18 (a)
Parcerias agrícolas a pagar - Ajuste ao passivo circulante	(64.480)	(72.344)	(11%)	18 (b)
Liquidez Corrente Ajustada	**2,38**	**1,93**	**23%**	-

Por fim, Liquidez Corrente Ajustada consolidada, que desconsidera os efeitos do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi de 2,38 em março/26, 23% superior à posição de março/25. **5. Investimentos** Em relação aos investimentos em manutenção, observa-se redução de 10,0% no comparativo entre as safras 2025/26 e 2024/25, com queda em todas as rubricas. O principal movimento ocorreu na Manutenção de entressafra (industriais e agrícolas), que apresentou redução de 31%, seguido por menores desembolsos em Tratos Culturais (-6%) e Plantio de cana – Reforma (-3%), refletindo maior disciplina e racionalização dos gastos recorrentes.

"COMPOSIÇÃO DO CAPEX (em R$ mil) - Consolidado"	25/26	24/25	VAR. %
Manutenção			
Plantio - Reforma	97.019	100.520	(3%)
Manutenção entressafra (Industriais/Agrícolas)	42.408	61.862	(31%)
Tratos Culturais	142.655	151.203	(6%)
Total	**282.082**	**313.585**	**(10%)**
Melhorias operacionais			
Equipamentos/ Reposições	135.755	127.354	7%
Ambiental/Legal	1.003	145	590%
Total	**136.758**	**127.500**	**7%**
Modernização/Expansão			
Plantio - Expansão / Ativo Biológicos	15.483,97	13.254	17%
Eucalipto	40.026	67.521	(41%)
Projetos (Industriais/Agrícolas)	455.050	437.929	4%
Total	**510.560**	**518.704**	**(2%)**
Total Geral	**929.399**	**959.789**	**(3%)**

Em Melhorias Operacionais, verifica-se crescimento de 7%, impulsionado principalmente pelo aumento em Equipamentos e Reposições (+7%), evidenciando a continuidade da estratégia de renovação e substituição de ativos agrícolas e industriais, com foco em eficiência operacional, confiabilidade e mitigação de riscos. No eixo de Modernização e Expansão, o investimento total manteve-se em patamar estável, com leve redução de 2%, apesar da continuidade dos desembolsos na rubrica de Projetos Industriais e Agrícolas, que apresentou crescimento de 4% no exercício. Essa rubrica concentra, majoritariamente, os investimentos relacionados à expansão da Neomille, projeto estratégico em andamento, com valores relevantes já executados. Dessa forma, o CAPEX Total Consolidado apresentou redução de 3%, refletindo uma alocação mais seletiva dos investimentos, combinando controle de dispêndios recorrentes com a priorização de projetos estruturantes e estratégicos, como a expansão da Neomille. **6. Sustentabilidade** O Grupo Cerradinho reconhece a sustentabilidade como pilar estratégico de longo prazo e fator de geração de valor. A Companhia divulga, em base bianual, suas informações socioambientais por meio do Relatório de Sustentabilidade, elaborado em conformidade com as diretrizes da *Global Reporting Iniciative* (GRI) e com os princípios do *International Integrated Reporting Council* (IIRC). O documento apresenta o desempenho e a gestão dos aspectos ambientais, econômicos e sociais ao longo do ciclo da safra, compreendido entre 1º/04 e 31/03. Sua elaboração é precedida por consultas a públicos de interesse internos e externos, cujas contribuições subsidiam a construção da matriz de materialidade, estruturada conforme diretrizes da GRI e do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), assegurando a priorização dos temas mais relevantes para o negócio e seus stakeholders. Em linha com os avanços regulatórios e as melhores práticas internacionais de transparência, a Companhia monitora as exigências trazidas pelas normas IFRS S1 (Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade) e IFRS S2 (Divulgações Relacionadas às Mudanças Climáticas), emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Como parte dessa evolução, estão em curso iniciativas de aprimoramento dos controles internos, mapeamento de riscos e oportunidades ESG e fortalecimento das estruturas de governança e reporte, com foco na qualidade, consistência e confiabilidade das informações. As divulgações também consideram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, com priorização de temas alinhados à estratégia do negócio, destacando-se: Educação de Qualidade (ODS 4), Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9) e Consumo e Produção Responsáveis (ODS 12). Adicionalmente, é realizado anualmente o inventário de emissões de gases de efeito estufa, abrangendo os escopos 1, 2 e 3, com verificação externa independente e obtenção do Selo Ouro, reforçando o compromisso com a transparência e a gestão responsável dos impactos ambientais **6.1 Política da Equidade** A Cerradinho Bioenergia mantém diretrizes formais voltadas à promoção da equidade, diversidade e inclusão, alinhadas à legislação vigente e às melhores práticas de mercado. A Companhia adota políticas e critérios estruturados de gestão de pessoas, incluindo remuneração, desenvolvimento e reconhecimento baseados em pesquisas de mercado, responsabilidade e complexidade dos cargos, assegurando equidade interna e competitividade externa. Por meio de iniciativas contínuas, reforça o compromisso com a construção de um ambiente de trabalho respeitoso e inclusivo, contribuindo para a sustentabilidade e perenidade do negócio. Em atendimento ao disposto no §6°do artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, a Companhia apresenta abaixo as seguintes informações:

Proporção de mulheres	24/25		
Grupo	HC	Repres. %	Comparativo média salarial (Fem. x Mas.)
Conselho	1	10%	240%
Diretoria Estatutária	-	0%	-
Diretoria	-	0%	-
Gerente	2	13%	99%
Coordenador/Especialista	5	10%	88%
Encarregado	2	3%	96%
Administrativo	222	43%	76%
Operacional	227	13%	84%
Total	**459**	**19%**	**85%**

Proporção de mulheres	25/26		
Grupo	HC	Repres. %	Comparativo média salarial (Fem. x Mas.)
Conselho	1	10%	234%
Diretoria Estatutária	-	0%	-
Diretoria	-	0%	-
Gerente	3	19%	109%
Coordenador/Especialista	7	14%	87%
Encarregado	1	1%	88%
Administrativo	236	45%	76%
Operacional	216	13%	85%
Total	**464**	**19%**	**87%**

Chapadão do Céu/GO, 16/06/2026. A Administração da Cerradinho Bioenergia S.A.

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	761.190	898.996	1.399.318	1.470.898
Aplicações financeiras	5	117.986	937	303.610	7.699
Instrumentos financeiros derivativos	9	15.790	3.134	20.176	88.920
Contas a receber	6	27.403	26.637	107.673	165.757
Estoques	8	180.274	219.157	661.399	617.953
Arrendamentos a receber	10	1.732	9.506	1.732	9.506
Ativos biológicos	11	190.044	163.943	190.044	163.943
Tributos a recuperar	12	147.293	81.613	526.049	410.347
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber	7	8.167	24.809	-	-
Outros ativos		31.983	11.169	24.850	16.381
		1.481.862	1.439.901	3.234.851	2.951.404
Ativo não circulante mantido para venda		1.426	83	1.552	83
Total do ativo circulante		1.483.288	1.439.984	3.236.403	2.951.487
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	5	9.147	9.990	27.048	9.990
Instrumentos financeiros derivativos	9	158.908	88.074	282.205	172.537
Contas a receber	6	-	-	–	3.327
Arrendamentos a receber	10	7.748	-	7.748	-
Ativos biológicos	11	45.621	38.034	130.486	103.133
Tributos a recuperar	12	22.326	20.394	176.142	155.845
Depósitos judiciais		1.364	1.946	19.139	19.007
IR e contribuição social diferidos	13	101.353	215.702	101.353	275.163
Outros ativos		471	437	74.395	70.149
		346.938	374.577	818.516	809.151
Investimento em controlada	14	1.646.386	1.444.340	-	-
Imobilizado	15	1.729.956	1.378.658	3.505.298	3.081.829
Direito de uso	16	530.594	555.677	599.487	609.999
Intangível		1.274	554	1.527	809
Total do ativo não circulante		4.255.148	3.753.806	4.924.828	4.501.788
Total do ativo		5.738.436	5.193.790	8.161.231	7.453.275

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Circulante					
Fornecedores	17	172.994	150.083	237.941	199.877
Arrendamentos a pagar	18	22.141	32.873	22.630	33.275
Parcerias agrícolas a pagar	18	61.592	70.271	64.480	72.344
Empréstimos e financiamentos	19	175.308	34.164	315.759	291.362
Debêntures	20	17.554	15.157	77.217	407.507
Dividendos a pagar	7	100.000	46.676	100.000	46.676
Instrumentos financeiros derivativos	9	74.813	98.814	144.878	173.160
Salários e encargos sociais		54.554	51.856	69.788	66.130
Tributos a recolher	21	5.506	10.384	29.502	18.861
Provisão para contingências	22	1.428	5.676	1.589	6.745
Adiantamentos de clientes	23	357.734	298.879	377.127	302.332
Outros passivos		2.317	2.244	3.205	3.330
Total do passivo circulante		1.045.941	817.077	1.444.116	1.621.599
Não circulante					
Fornecedores	17	202.771	-	202.771	-
Arrendamentos a pagar	18	126.542	142.119	135.916	151.342
Parcerias agrícolas a pagar	18	418.982	389.261	481.881	435.384
Empréstimos e financiamentos	19	527.571	563.696	1.185.748	1.126.354
Debêntures	20	1.211.694	1.200.695	2.442.543	1.988.658
Instrumentos financeiros derivativos	9	1.345	15.577	22.037	47.894
Salários e encargos sociais		6.210	4.704	7.832	6.135
Tributos a recolher	21	117.766	105.718	143.879	119.907
IR e contribuição social diferidos		-	-	13.854	-
Provisão para contingências	22	1.099	2.004	2.139	3.063
Adiantamentos de clientes	23	275.064	519.608	275.064	519.608
Total do passivo não circulante		2.889.044	2.943.382	4.913.664	4.398.345
Total do passivo		3.934.985	3.760.459	6.357.780	6.019.944
Patrimônio líquido	24				
Capital social		472.588	472.588	472.588	472.588
Ajustes de avaliação patrimonial		29.088	(96.348)	29.088	(96.348)
Dividendos adicionais propostos		30.196	28.005	30.196	28.005
Reservas de lucros		1.271.579	1.029.086	1.271.579	1.029.086
Total do patrimônio líquido		1.803.451	1.433.331	1.803.451	1.433.331
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.738.436	5.193.790	8.161.231	7.453.275

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2024		472.588	(32.554)	72.846	522.868	311.525	-	-	1.347.273
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	196.528	196.528
Resultado com derivativos - Hedge accounting	24 (e)	-	(63.794)	-	-	-	-	-	(63.794)
Total do resultado abrangente do exercício		-	(63.794)	-	-	-	-	196.528	132.734
Contribuições e distribuições dos/aos acionistas									
Dividendos mínimos obrigatórios	24 (c)	-	-	-	-	-	-	(46.676)	(46.676)
Dividendos complementares	24 (c)	-	-	-	-	-	28.005	(28.005)	-
Constituição de reservas	24 (c)	-	-	9.826	-	112.021	-	(121.847)	-
Total das contribuições e distribuições dos/aos acionistas		-	-	9.826	-	112.021	28.005	(196.528)	(46.676)
Saldo em 31 de março de 2025		472.588	(96.348)	82.672	522.868	423.546	28.005	-	1.433.331
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	372.687	372.687
Resultado com derivativos - Hedge accounting		-	125.436	-	-	-	-	-	125.436
Total do resultado abrangente do exercício		-	125.436	-	-	-	-	372.687	498.123
Contribuições e distribuições dos/aos acionistas									
Dividendos complementares deliberados em AGO – exercício anterior	24 (c)	-	-	-	-	-	(28.005)	-	(28.005)
Dividendos mínimos obrigatórios	24 (c)	-	-	-	-	-	-	(74.792)	(74.792)
Dividendos complementares	24 (c)	-	-	-	-	-	30.196	(55.404)	(25.208)
Constituição de reservas	24 (d)	-	-	11.846	61.673	168.972	-	(242.491)	-
Total das contribuições e distribuições dos/aos acionistas		-	-	11.846,00	61.673,00	168.972,00	2.191,00	(372.687,00)	(128.005)
Saldo em 31 de março de 2026		472.588	29.088	94.518	584.541	592.518	30.196	-	1.803.451

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Demonstrações do Resultado

	Nota	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Receita de contratos com clientes	26	1.675.082	1.397.439	4.288.218	3.712.346
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	27	(1.268.803)	(1.133.190)	(2.869.398)	(2.684.052)
Variação no valor justo de ativo biológico	11	32.708	(16.308)	32.708	(16.308)
Lucro bruto		438.987	247.941	1.451.528	1.011.986
Despesas com vendas	27	(149.356)	(102.386)	(271.846)	(211.088)
Despesas gerais e administrativas	27	(65.236)	(86.552)	(132.120)	(120.871)
Outras receitas (despesas), líquidas		22.964	35.870	58.001	65.112
Resultado de equivalência patrimonial	14	533.386	311.830	-	-
Despesas operacionais		341.759	158.762	(345.965)	(266.847)
Lucro antes do resultado financeiro		780.746	406.703	1.105.563	745.139
Despesas financeiras	29	(534.740)	(348.853)	(866.248)	(619.326)
Receitas financeiras	29	149.910	97.709	265.285	142.912
Resultado financeiro		(384.830)	(251.144)	(600.963)	(476.414)
Lucro antes do IR e da CS		395.916	155.559	504.600	268.725
IR e CS					
Correntes	13	52.007	-	(8.869)	(15.247)
Diferidos	13	(75.236)	40.969	(123.044)	(56.950)
Lucro líquido do exercício		372.687	196.528	372.687	196.528
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	24 (b)			0.8132	0.4288

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Demonstrações do Resultado Abrangentes

Controladora e consolidado	Nota	2026	2025
Lucro líquido do exercício		372.687	196.528
Outros componentes do resultado abrangente			
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:			
Hedge accounting, líquido dos efeitos tributários		125.436	(63.794)
Total do resultado abrangente do exercício		498.123	132.734

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Demonstrações do Valor Adicionado

	Nota	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Receitas					
Vendas brutas de produtos e serviços		1.815.204	1.571.024	4.565.048	4.013.057
Variação no valor justo dos ativos biológicos	11.2	32.708	(16.308)	32.708	(16.308)
Receitas relativas a construção de ativos próprios		136.519	168.315	537.447	585.796
Outras receitas		3.157	1.513	3.206	1.783
		1.987.588	1.724.544	5.138.409	4.584.328
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados		(668.061)	(660.116)	(2.221.455)	(2.163.676)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(451.660)	(382.172)	(974.693)	(885.953)
Outras despesas		(16.979)	(38.790)	(40.623)	(76.259)
		(1.136.700)	(1.081.078)	(3.236.771)	(3.125.888)
Valor adicionado bruto		850.888	643.466	1.901.638	1.458.440
Depreciação, amortização, exaustão		(397.887)	(321.859)	(490.017)	(402.584)
Valor adicionado líquido produzido		453.001	321.607	1.411.621	1.055.856
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	14	533.386	311.830	-	-
Receitas financeiras	29	149.910	219.610	265.285	430.640
Outros		1.927	3.874	2.479	4.839
		685.223	535.314	267.764	435.479
Valor adicionado total a distribuir		1.138.224	856.921	1.679.385	1.491.335
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal - remuneração direta		(97.568)	(104.946)	(184.168)	(174.313)
Pessoal - benefícios		(26.070)	(26.822)	(49.283)	(45.213)
Pessoal - FGTS		(7.712)	(7.964)	(13.507)	(12.609)
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(76.303)	(5.772)	(179.081)	(76.218)
Estaduais		(22.165)	(43.098)	(15.692)	(81.075)
Municipais		681	137	681	1.148
Juros e demais despesas financeiras	29	(534.740)	(470.754)	(866.248)	(907.054)
Outras		(1.661)	(1.174)	600	526
Dividendos mínimos obrigatórios	24 (c)	(74.792)	(46.676)	(74.792)	(46.676)
Dividendos adicionais propostos	24 (c)	-	(28.005)	-	(28.005)
Resultado absorvido no exercício		(297.895)	(121.847)	(297.895)	(121.847)
Valor adicionado distribuído		(1.138.224)	(856.921)	(1.679.385)	(1.491.335)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Lucro antes do IR e da CS		395.916	155.559	504.600	268.725
Ajustes de:					
Variação no valor justo do ativo biológico	11.3	(32.708)	16.308	(32.708)	16.308
Variação do valor justo do produto agrícola		(1.328)	(239)	(1.328)	(239)
Variação do valor presente sobre compra de terras	29	11.112	-	11.112	-
Variação do valor justo (derivativo embutido) compra de terras	29	16.808	-	16.808	-
Amortização de tratos (ativo biológico colhido)	27	134.515	122.922	134.515	122.922
Provisão para pagamento de aval		1.714	10	5.507	4.063
Depreciação e amortização	27	64.665	49.399	151.275	128.677
Depreciação de canaviais	27	93.093	62.686	93.093	62.686
Depreciação direito de uso	27	107.504	108.781	107.504	108.781
Amortização - entresafra	27	129.784	98.839	129.784	98.839
Resultado líquido de venda/alienação de ativo imobilizado		(733)	(1.123)	1.883	(784)
Instrumentos financeiros derivativos	30 (c)	35.299	364	46.864	(4.423)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações e adiantamentos líquidos	30 (c)	327.631	247.292	588.795	495.152
AVP arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar e a receber	29 / 30 (c)	81.077	63.591	88.769	68.253
Efeitos de recisões/baixas de contatros de arrendamentos e parcerias	29 / 30 (c)	9.937	-	9.937	-
Atualização de depósitos judiciais		51	(462)	(82)	(1.502)
Provisão de premiação aos colaboradores (ILP e PPAR)		15.241	20.682	21.267	26.142
Provisão para contingências	22	1.553	8.032	1.552	9.228
Provisão (Reversão) para obsolescência		(303)	3.562	77	5.690
Reconhecimento de correções (PIS, COFINS, outros)		25.497	955	22.310	(1.562)
Resultado de controlada reconhecido por equivalência patrimonial	14	(533.386)	(311.830)	-	-
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	8	(11.764)	-	(11.764)	-
		871.176	645.328	1.889.770	1.406.956
Aumento (redução) dos ativos operacionais:					
Contas a receber		(766)	4.177	61.779	(109.980)
Estoques		(31.418)	(137.261)	(108.482)	(67.037)
Ativo biológico		(158.459)	(165.651)	(178.225)	(159.722)
Tributos a recuperar (incluindo IR e CS)		(35.982)	(44.073)	(101.182)	(60.915)
Depósitos judiciais		531	2.268	(50)	2.331
Outros ativos		13.567	(3.275)	23.513	(8.822)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		(35.884)	(29.461)	(20.874)	(41.315)
Fornecedores de terras		(32.368)	-	(32.368)	-
Salários e encargos sociais		(11.037)	(9.735)	(15.908)	(14.289)
Tributos a recolher (incluindo IR e CS)		(59.177)	7.024	(41.414)	8.313
Pagamentos de contingências		(6.706)	(13.990)	(7.631)	(14.763)
Adiantamentos de clientes		(291.596)	(150.033)	(275.656)	(183.641)
Outros passivos		(1.641)	49	(24.373)	(5.896)
Caixa gerado pelas operações		220.239	105.367	1.168.899	751.220
Encargos financeiros pagos	30 (c)	(177.821)	(126.626)	(357.495)	(290.907)
Encargos financeiros pagos - arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar		(57.609)	(54.752)	(61.996)	(59.016)
IR e CS pagos		-	-	(49.605)	(13.018)
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(15.191)	(76.011)	699.803	388.279
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Investimento em (resgate de) aplicações financeiras	30 (c)	114.648	6.677	(66.877)	6.677
Recebimento de arrendamento		9.914	10.114	9.914	10.114
Dividendos recebidos	7 (c)	112.059	-	-	-
Juros sobre capital próprio recebidos	7 (c)	241.985	38.141	-	-
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	30 (a)	5.257	2.501	3.494	2.536
Aquisição de imobilizado e intangível (inclui canaviais)	30 (b)	(166.610)	(519.740)	(202.772)	(630.425)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		317.253	(462.307)	(256.241)	**(611.098)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos - captações	30 (c)	26.810	-	26.810	101.028
Empréstimos e financiamentos - pagamentos	30 (c)	(101.176)	(177.381)	(270.637)	(343.894)
Debêntures - captações	30 (c)	-	600.000	484.837	600.000
Debêntures - pagamentos	30 (c)	(97.129)	(59.920)	(482.212)	(178.379)
Arrendamentos e parcerias a pagar - pagamentos	30 (c)	(114.809)	(127.260)	(120.376)	(132.349)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	30 (c)	(78.883)	20.020	(78.883)	(55.787)
Dividendos pagos	24 (c) / 30 (c)	(74.681)	-	(74.681)	-
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(439.868)	255.459	(515.142)	(9.381)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(137.806)	(282.859)	(71.580)	(232.201)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	898.996	1.181.855	1.470.898	1.703.099
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	761.190	898.996	1.399.318	1.470.898

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 30.

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas explicativas

1. Contexto operacional 1.1 Informações gerais A Cerradinho Bioenergia S.A. (a "Cia.") foi constituída em 18/09/2006 e está sediada no município de Chapadão do Céu/GO, tendo como controladora final a Cerradinho Participações S.A. ("Controladora"). A Cia. tem como atividade preponderante a exploração agrícola da cana de açúcar, a produção e comercialização de etanol hidratado carburante e a produção e comercialização de energia elétrica. A produção de cana de açúcar é realizada em terras de terceiros, através de contratos de arrendamentos e parcerias agrícola, a qual é utilizada como matéria prima em seu processo produtivo. A partir de julho de 2024 passou também a produzir açúcar. A Cia. possui capacidade, por safra, de moagem de 6.100 mil de toneladas de cana-de-açúcar e capacidade instalada de produção de 515 mil m3 de etanol e de geração de 160 MW de energia elétrica, visando atender ao mercado interno. Após a expansão das instalações de produção de açúcar, concluídas no primeiro trimestre da safra 25/26, a capacidade de produção passou para 500 mil toneladas por safra. A Cia. detém 100% de participação no capital social da Neomille S.A. (doravante denominada "Controlada" e, em conjunto com a Cia., "Grupo"). O Grupo Cerradinho como um todo, controlado pela Cerradinho Participações S.A., possui também outras partes relacionadas que fazem parte do mesmo grupo econômico, dentre elas Cerradinho Logística Ltda., Cerradinho Terras Ltda., Aeródromo São José das Borboletas Ltda. e W7 Energia Ltda., com as quais a Cia. e sua controlada realizam transações e possuem saldos em aberto, conforme divulgado na Nota 7. A Controlada tem como atividade preponderante a produção de etanol de milho e DDG ("*Distillers Dried Grain*") para alimentação animal. A Controlada possui 2 plantas, a primeira situada no município de Chapadão do Céu, ao lado do parque industrial da Cia. e a segunda situada no município de Maracaju – MS, garantindo a proximidade das suas instalações industriais com a região produtora de matéria-prima (milho). A planta da Controlada em Chapadão do Céu – GO possui capacidade de moagem anual de 861 mil toneladas de milho, produção de 388 mil m3 de etanol (dos quais 192 mil m3 podem ser transformados em álcool anidro), de 215 mil toneladas de DDG ("*Distillers Dried Grain*") e de 17 mil toneladas de óleo. Já a planta industrial da Controlada, localizada no município de Maracaju/MS, possui capacidade de moagem anual de 602 mil toneladas de milho, produção de 270 mil m3 de etanol (dos quais 259 mil m3 podem ser transformados em álcool anidro), de 150 mil toneladas de DDG ("*Distillers Dried Grain*"), de 9 mil toneladas de óleo e 65 GWh de energia. Grande parte da produção de etanol da Cia. e da unidade de sua controlada localizadas em Chapadão do Céu – GO são escoados por meio de transporte ferroviário, contratados junto a terceiros, utilizando terminal logístico da Cerradinho Logística Ltda (parte relacionada do Grupo), correspondendo a 50,2% do volume total comercializado dessas unidades na safra 2025-2026 (49% - no mesmo exercício da safra 2024-2025). O Grupo tem capacidade de estocagem de 310 mil m3 de etanol, dos quais 260 mil m3 em Chapadão do Céu/GO e 50 mil m3 em Maracaju/MS, e historicamente vende parte substancial da produção no final da safra, com objetivo de aproveitar os melhores preços do mercado. O exercício social do Grupo compreende o exercício de doze meses iniciado em 1º/04 de cada ano até 31/03 do ano seguinte, coincidente com o ciclo de produção (safra) da cana-de-açúcar da região Sudeste do Brasil, principal matéria-prima utilizada na produção do etanol pela Cia.. A Cia. adota sistema de colheita e processamento industrial que se inicia em fevereiro e se encerra em meados de dezembro de cada ano. A partir de dezembro até meados de fevereiro do ano subsequente, antes da retomada da colheita, corresponde ao exercício denominado de entressafra. 1.2 **Investimentos em expansão e eficiência operacional** A Controlada obteve a aprovação de linha de crédito no montante aproximado de R$ 300.000 que serão destinados para a expansão de sua unidade industrial, em Chapadão do Céu – GO, com o objetivo de ampliar a capacidade de produção da unidade para aproximadamente 1,2 milhões de toneladas de milho processadas por safra. 1.3 **Potenciais impactos da Lei nº 14.993/2024 - Combustível do Futuro ("E30")** A Lei nº 14.993/2024, que elevou de 27% para 30% a proporção obrigatória de etanol anidro na gasolina ("E30"), entrou em vigor em 1º/08/2025. No exercício compreendido entre agosto e 31/12/2025, observou-se aumento efetivo do consumo de etanol anidro para atendimento à nova especificação da mistura, conforme dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Esse incremento ocorreu de forma gradual e em linha com as expectativas do setor. Com base na análise dos efeitos observados até o encerramento do exercício findo em 31/03/2026, não foram identificados impactos materiais sobre os preços, sobre a paridade do etanol hidratado ou sobre a dinâmica de comercialização dos produtos. 1.4 **Impactos do cenário geopolítico mundial Impactos Potenciais de Tarifas Internacionais – Exportações para os Estados Unidos** Em julho de 2025, os Estados Unidos da América ("EUA") anunciaram a imposição de tarifas adicionais de até 50% sobre importações de determinados produtos brasileiros, com vigência a partir de 1º/08/2025, no contexto de medidas de política comercial adotadas pelo país. Em novembro de 2025, foi anunciada a suspensão da sobretaxa de 40% para diversos produtos. Atualmente, o etanol brasileiro está sujeito à tarifa de 10%, enquanto o açúcar, além dessa tarifa, permanece submetido ao mecanismo de cotas de importação. Discussões regulatórias e negociações bilaterais seguem em andamento ao longo de 2026. O açúcar brasileiro não possui participação relevante no mercado norte-americano. No segmento de etanol, embora os EUA figurem entre os principais destinos das exportações brasileiras do biocombustível, não foram identificados, até a data-base desta demonstração financeira, impactos materiais sobre a operação, volumes comercializados ou preços praticados pelo Grupo. A Cia. mantém acompanhamento contínuo das discussões regulatórias e, caso necessário, poderá ajustar sua estratégia comercial, incluindo redirecionamento de mercados, gestão de estoques e utilização de mecanismos de proteção de margem, preservando sua disciplina comercial e financeira. **Conflito entre Estados Unidos e Irã** Com a escalada das tensões entre os Estados Unidos e o Irã e episódios de instabilidade no Oriente Médio, se elevou a percepção de risco nos mercados globais de energia. Nesse contexto, restrições comerciais e o fechamento do Estreito de Ormuz (rota estratégica para o comércio global), trouxe forte volatilidade nos preços do petróleo e seus derivados. A elevação dos preços dos combustíveis fósseis tende a reforçar a competitividade econômica dos biocombustíveis, gerando potenciais melhoras em cenários de preço. Por outro lado, o referido cenário adverso pode impactar de forma negativa por meio de aumento de custos logísticos, custo e disponibilidade de fertilizantes e o câmbio. Até o momento, não foram identificados impactos materiais diretos nas operações do Grupo. A Administração seguirá monitorando a evolução do conflito e seus possíveis impactos e desdobramentos. 1.5 **Incentivo fiscal de ICMS "PRODUZIR" concedido pelo Estado de Goiás** A Cia. e a Controlada contam com incentivo fiscal relacionado à redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste até 2032. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle do Grupo. O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada exercício de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal. O valor do incentivo apurado no exercício é registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receita de contratos com os clientes" (Nota 26), com contrapartida na rubrica de "Tributos a recolher". **1.6 Incentivo fiscal do ICMS outorgado concedido pelo Estado de Goiás – Etanol Anidro Carburante** A Controlada possui incentivo fiscal relacionado à redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado crédito outorgado, com redução parcial até 2032. O reconhecimento do benefício está condicionado a comercialização do Etanol Anidro Carburante e é calculado sobre o volume em "litros" multiplicado pelo valor fixo de R$ 0,44/litro. A utilização do benefício está limitada ao saldo devedor de ICMS a recolher após a aplicação do benefício fiscal do Produzir. O valor do incentivo apurado no exercício é registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receita de contratos com os clientes" (Nota 26), com contrapartida na rubrica de "Tributos a recuperar". **1.7 Incentivo fiscal do ICMS concedido pelo Estado de Mato Grosso do Sul** A Controlada possui incentivo fiscal relacionado à redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado crédito presumido, com redução parcial até 2032 firmado através de TARE com a Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul, para a unidade de Maracaju/MS. O reconhecimento do benefício está condicionado a comercialização dos produtos Etanol Anidro Carburante, Etanol Hidratado Carburante, DDG, WDG e Óleo de milho. O benefício das saídas do Etanol Anidro Carburante corresponde a 45,85%, da base de cálculo obtida do volume em litros multiplicado pelo valor do ICMS "*Ad Rem*" vigente, resultando em um valor atual bruto de R$0,67/litro. No Etanol Hidratado Carburante é aplicado o percentual de 9,8% sobre o valor da operação, o DDG e WDG é aplicado o percentual de 75% sobre o valor do ICMS devido na operação e o Óleo de milho é aplicado o percentual de 58% sobre o valor do ICMS devido na operação. A utilização do benefício do Etanol Anidro Carburante está limitada ao saldo devedor de ICMS e dos demais produtos ao ICMS destacado na operação. **1.8 Demais incentivos fiscais de ICMS (Tema 1.182 do STJ)** Com base no entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça ("STJ") no Tema 1.182 e em pareceres de assessores jurídicos especializados, a Cia., no período compreendido entre 31/12/2019 e 31/12/2022, promoveu a exclusão dos incentivos fiscais relacionados ao ICMS, na modalidade diferimento, das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. Tais incentivos estão vinculados às operações de venda de energia elétrica realizadas no Estado de Goiás. O referido precedente admite essa exclusão desde que observados os requisitos previstos no artigo 10 da Lei Complementar nº 160/2017 e no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014. A Administração entende que a Cia. atende integralmente às exigências legais aplicáveis, destacando-se: - Enquadramento do benefício fiscal de acordo com o art. 10 da LC nº 160/2017, incluindo as obrigações vinculadas ao registro e depósito do ato concessivo; e - Cumprimento das condições do art. 30 da Lei nº 12.973/2014, que envolve a constituição e manutenção de controles contábeis específicos, tais como a reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, e a destinação apropriada dos recursos conforme disciplines da legislação pertinente. **1.9 Divulgações e impactos relacionados às mudanças climáticas e sustentabilidade** A Cia. e sua Controlada, como agentes da Política Nacional de Biocombustível ("RenovaBio") e produtoras de etanol, energia elétrica e outros biocombustíveis, possuem em sua operação a gestão dos efeitos associados às mudanças climáticas. Os riscos climáticos fazem parte do contexto natural do setor e são monitorados e avaliados de forma contínua ao longo da cadeia produtiva, com práticas de mitigação incorporadas ao processo operacional. Como evidência da eficiência ambiental, destaca-se o fator de emissão de CBIOs obtido pela Cia., que figura entre os melhores do país, ocupando a 5ª posição entre as unidades de Etanol Hidratado Combustível (EHC) certificadas no programa RenovaBio, conforme o resultado técnico apurado na certificação vigente da unidade junto à ANP. A Cia. reconhece a importância da transparência sobre sustentabilidade e riscos climáticos e está aprimorando seus controles, tendo como referências as exigências relacionadas às normas CBPS S1 - Requisitos Gerais

continua...

ZapSign - f2a660b9-0348-499c-aac8-1537c73bed1e | Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Continuação... para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e CBPS S2 - Divulgação Relacionada às Mudanças Climáticas, emitidas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade e alinhadas ao ISSB. Nesse contexto, a Cia. seguirá adaptando seus controles internos, mapeamento de riscos e oportunidades ESG seus mecanismos de governança e reporte, em linha com as melhores práticas. Ainda que matérias-primas como cana-de-açúcar e milho possam sofrer impactos de eventos climáticos, a Cia. adota estratégias para mitigar esses riscos, como diversificação geográfica de fornecedores, aprimoramento agronômico, tecnologias de manejo e investimentos contínuos em eficiência agrícola e industrial. As medidas supracitadas integram uma sistemática corporativa de gestão de riscos e são monitoradas de forma contínua no curso normal das operações. A Cia. e sua Controlada não identificaram impactos materiais decorrentes de riscos climáticos que possam afetar de maneira relevante a continuidade operacional. **1.10 Reforma Tributária sobre o consumo** Promulgada em 20/12/2023 a Proposta de Emenda à Constituição ("PEC") nº 45/2019, que estabelece a denominada Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo que traz como principal objetivo a simplificação e transparência do atual sistema tributário brasileiro. A primeira regulamentação da Reforma Tributária se deu através da Lei Complementar nº 214, aprovada dia 16/01/2025. De acordo com o texto da LC nº 214/25, o modelo está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, no âmbito estadual e municipal, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), no âmbito federal, o Programa de Integração Social PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Está também previsto o Imposto Seletivo ("IS") pelo qual o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) será substituído. O IS , nos termos de Lei Complementar, incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Está previsto que a regulamentação da PEC será através de Leis Complementares, porém a expectativa é que a alíquota média do futuro IVA fique na casa de 27%. De acordo com o texto preliminar da reforma tributária, terá uma alíquota padrão, uma alíquota reduzida e isenções para alguns produtos e serviços. Conforme prevê o texto da LC nº 214/25, haverá um exercício de transição entre 2026 e 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão, com reflexos financeiros previstos para terem início em 2027. Em 13/01/2026, foi publicada a LC nº 227/2026, que regulamenta a segunda etapa da Reforma Tributária do consumo, instituindo o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) e disciplinando o processo administrativo tributário do IBS. A norma estabelece critérios de distribuição da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como promove ajustes em diversas legislações correlatas, com o objetivo de padronizar a aplicação do novo imposto e estruturar a governança federativa necessária para sua implementação. A Cia. tem acompanhado desde o início da tramitação da PEC na Câmara dos Deputados e participado de fóruns de discussões sobre os temas relacionados as atividades econômicas do grupo, porém, os possíveis impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do exercício de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Lei Complementar. Até que a Lei Complementar seja emitida não há como estimar eventuais efeitos que a Reforma possa trazer. **2. Resumo das políticas contábeis materiais 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão· Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de seleção das práticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, refere-se aos diretores eleitos e designados no estatuto social. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16/06/2026, tendo sido aprovada sua emissão nesta data. **2.2 Demonstração do valor adicionado – DVA** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Cia.s abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.3 Conversão em moeda estrangeira (a) Moeda funcional e moeda de apresentação** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos** As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações ou da apresentação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no "Resultado financeiro" (Nota 29). **2.4 Caixa e equivalentes de caixa** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e possuem vencimentos diversos, no entanto, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.5 Ativos financeiros 2.5.1 Classificação** O Grupo classifica seus ativos financeiros com base em modelo de negócio pelo qual esse ativo é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. O reconhecimento inicial dos ativos financeiros com os quais o Grupo opera são classificados entre custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. **(a) Custo amortizado** Os ativos classificados nessa categoria possuem as seguintes características: - O ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e - Os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e/ou de juros sobre o valor principal não liquidado. **(b) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir: - Mantido em modelo de negócio cujo objetivo seja tanto de recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **(c) Valor justo por meio do resultado** No reconhecimento inicial, o Grupo classifica um ativo ou passivo financeiro que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, o que garante a consistência contábil perante os resultados produzidos pelo respectivo ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data base do balanço. **2.5.2 Reconhecimento e mensuração** O Grupo reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial apenas quando eles se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Ao reconhecê-lo pela primeira vez o Grupo classifica-o, tendo por base as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado; e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso de derivativos designados como *hedge accounting*, conforme descrito na Nota 2.15. O reconhecimento do passivo financeiro pela primeira vez requer a sua classificação como mensurados ao custo amortizado. A compra ou a venda de forma regular de ativos financeiros deve ser reconhecida e desreconhecida, conforme aplicável, utilizando-se a contabilização na data da negociação ou na data da liquidação. **(a) Desreconhecimento de ativo financeiro** Um ativo financeiro é desreconhecido apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, ou quando houver a transferência do ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento. **(b) Desreconhecimento de passivo financeiro** O Grupo baixa o passivo financeiro (no todo ou em parte) de seu balanço patrimonial apenas quando ele for extinto, tendo por liquidada, cancelada ou expirada a obrigação especificada no contrato. **2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando e somente quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.5.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment*** O Grupo avalia no reconhecimento de cada ativo e reavalia ao final de cada balanço se existe perda de crédito esperada e/ou incorrida. Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* leva em consideração um modelo híbrido de perdas de crédito esperadas e incorrida. Conforme divulgado na Nota 4.1 (b), considerando o baixo risco de crédito decorrente de suas vendas e saldos no contas a receber, a administração concluiu que não há provisão a ser reconhecida considerando o critério de perdas esperadas. **2.6 Contas a receber** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. São registradas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e mantidas no ativo pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos quando julgado necessário pela administração do Grupo, é registrada provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise individual das contas a receber em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na sua realização. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.7 Estoques** Os estoques são mensurados pelo custo médio das compras e da produção, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicáveis. O custo de produção industrial compreende a amortização do valor justo dos ativos biológicos (Nota 2.10) da Cia. ou o custo de aquisição do milho da Controlada, custos de depreciação dos bens do ativo imobilizado (incluindo a lavoura de cana-de-açúcar e os gastos com a manutenção das instalações industriais no exercício de entressafra da Cia.) e do direito de uso dos contratos da Cia. que contém arrendamento, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos relacionados, consumidos/incorridos no processo de produção. O custo de produção de energia da Cia. compreende, exclusivamente, os gastos adicionais relacionados diretamente com a sua geração, não havendo absorção de custos relacionados ao consumo do bagaço de sua principal matéria-prima nas caldeiras que movem os geradores. Gastos de manutenção de entressafra, cujo efeito na vida útil dos bens do ativo imobilizado não seja superior a um exercício safra, correspondente a 1 ano, são inicialmente reconhecidos nos estoques e totalmente amortizados como componente do custo de produção da safra subsequente, na proporção da quantidade produzida em relação a produção total estimada. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas em montante considerado suficiente pela administração do Grupo para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **2.8 Direito de uso e arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar** O Grupo reconhece ativos e passivos para seus contratos relacionados a arrendamentos e parcerias agrícolas, locação de veículos e implementos, embora os contratos de parcerias agrícolas apresentem natureza jurídica diversa aos arrendamentos (Notas 16 e 18), uma vez que o IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos estabelece um modelo único de contabilização dos arrendamentos e parcerias agrícolas nas demonstrações financeiras dos arrendatários/parceiros outorgados, de modo que reconheçam os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo contemplados nos contratos de arrendamento mercantil e parcerias agrícolas. Para contratos de baixo valor (computadores, equipamentos de informática e telefonia em geral) e/ou com vigência até 12 meses, não são reconhecidos ativos e passivos, sendo as contraprestações reconhecidas como despesa diretamente no resultado. O direito de uso do ativo corresponde ao valor do passivo dos pagamentos futuros, descontados por meio de taxas de empréstimos incrementais que variam de acordo com o prazo de vencimento dos contratos. Tais taxas são revisadas apenas por ocasião do reconhecimento de cada novo contrato. (Nota 18). Os custos/despesas referentes a esses contratos são classificados como custos/despesa de depreciação do direito de uso (conforme exercício de vigência dos contratos) e despesa financeira da parcela correspondente a atualização do valor presente dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas. Adicionalmente, parcela dos contratos de arrendamento foram subarrendados, para os quais o direito de uso da terra, foi transferido para um terceiro, tendo o passivo de arrendamento, reconhecido contra um ativo de arrendamento (arrendamentos a receber) (Notas 10 e 18 (a)). Para fins de segregação entre circulante e não circulante, a Cia. classifica no passivo circulante a parcela do principal dos passivos de arrendamento com vencimento até o término do exercício subsequente. A amortização desses passivos ocorre de acordo com o fluxo contratual, por meio de prestações de valor constante, compostas por parcelas de principal e encargos financeiros. **2.9 Ativos biológicos e produtos agrícolas** Os ativos biológicos correspondem a lavoura de cana-de-açúcar em desenvolvimento (planta portadora), que irão gerar matéria-prima a ser utilizada na produção de etanol imediatamente após sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, o qual é determinado utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base nas premissas mencionadas na Nota 3.1 (a). A Cia. avalia seus ativos biológicos trimestralmente. O valor justo da cana-de-açúcar determinado ao final de cada trimestre passa a ser o custo da matéria-prima colhida e utilizada no processo produtivo de etanol no trimestre subsequente. A previsão de toneladas de cana-de-açúcar a serem colhidas, utilizada na avaliação, é determinada em função da estimativa de produtividade de cada corte. **2.10 Imobilizado** Demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais com montagens e testes e, no caso de ativos qualificáveis (aqueles que demoram mais de um ano para ficarem prontos para seu uso ou venda pretendidos), os custos de empréstimos, conforme descrito na nota 2.13. Tais imobilizações são classificadas em categorias específicas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação de todos os ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido e é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento, que não sofrem depreciações). A depreciação dos bens do ativo imobilizado, com exceção da planta portadora, como detalhado a seguir, é calculada com base no método linear. A planta portadora compreende os gastos de plantio do canavial até sua formação e são classificados no grupo de imobilizado. Sua depreciação é calculada com base na estimativa de produção no decorrer de sua vida útil econômica até a sua erradicação, proporcional a estimativa de produção a cada corte das lavouras. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica estimada dos bens do ativo imobilizado são incorporados ao custo histórico do bem. Conforme mencionado na Nota 2.8, os gastos com manutenções sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos no estoque e amortizados no custo de produção da próxima safra. O custo dos itens que se desgastam durante a safra é reconhecido no custo de produção da safra em curso ou como despesas, quando realizados. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos. **2.11 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros** O imobilizado, e outros ativos não circulantes, são revistos anualmente a fim de se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, de eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando alguma evidência é identificada, o valor recuperável é calculado e, caso haja perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativo para o qual exista fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.12 Custo de empréstimos** Os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos, com exceção daqueles diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção de ativos qualificáveis, os quais levem, necessariamente, um exercício substancial (acima de um ano) para ficarem prontos para uso, os quais são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso. Os custos incorridos após o início da utilização de tais ativos passam a ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Os custos com empréstimos que forem diretamente atribuíveis à aquisição de ativos não qualificáveis são também reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. **2.13 Fornecedores** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. O Grupo reconhece suas contas a pagar a fornecedores no passivo circulante, em razão do pagamento ser devido em até um ano, ao valor da fatura correspondente, acrescido de provisão para ajuste do preço da cana. As contas a pagar a fornecedores de cana de açúcar adquirida são determinadas com base no teor de sacarose apurado, medido pelo nível de ATR (conforme estimativa mensal do nível médio apurado segundo padrões definidos pelo CONSECANA) e remensurado ao final de cada safra, conforme o índice oficial divulgado pelo CONSECANA, para pagamento do saldo remanescente aos fornecedores. **2.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures** Os empréstimos e financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado ou no custo dos ativos qualificáveis (Nota 2.10) durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos e debêntures com vencimento em 12 meses são classificados no passivo circulante, sendo os demais vencimentos classificados no passivo não circulante. **2.15 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge** Os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações lançadas contra o resultado, com exceção dos derivativos designados como *hedge accounting*. Em 31/03/2026, o Grupo adota *hedge accounting* de valor justo para seus contratos de *swap* de taxas de juros atrelados a determinados contratos de empréstimo, financiamentos e debêntures. A relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, possui como objetivo a gestão de risco, alinhada a estratégia para a realização de operações de *hedge* do Grupo. Em decorrência do início da produção de açúcar VHP, a Cia. passou a adotar a designação de *hedge accounting* de fluxo de caixa para os contratos *Non-delivery-forwards* ("*NDFs*") de açúcar e moeda fixados junto às instituições financeiras. As referidas operações são designadas para *hedge accounting* pois protegem transações futuras altamente prováveis. As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício, na rubrica "Resultado financeiro". Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Resultado financeiro". No caso dos derivativos designados como *hedge* efetivo de valor justo, a variação no valor justo do derivativo é registrada no resultado do exercício, sendo adicionalmente realizado lançamento da parcela efetiva do *hedge accounting* redutora do efeito no resultado do exercício contra o objeto de hedge, no caso, os saldos de empréstimos e financiamentos. A inefetividade de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. **2.16 Tributos a recolher – passivo não circulante** O Grupo mantém registrado no passivo não circulante, o saldo de tributos não recolhidos em que se discute judicialmente sua exigibilidade e/ou sua inconstitucionalidade, aplicando os procedimentos que seguem: a) Em tendo mandado de segurança com liminar favorável, o Grupo cessa o recolhimento do referido tributo e mantém o passivo, com impacto no resultado (nas rubricas contábeis relacionadas à natureza original de cada imposto/contribuição). Os referidos saldos são atualizados com base na variação da taxa SELIC, por se tratar de discussão de interpretação legal, reconhecendo os impactos no resultado financeiro do exercício em que são incorridos. b) Em eventual trânsito em julgado favorável, o Grupo estorna o saldo contábil dos tributos a recolher que estão registrados no passivo, baseados na opinião de assessores jurídicos na avaliação de casos de maior complexidade**.** c) Em tendo ato de repercussão geral do STF que impacte favoravelmente algum mandado de segurança do Grupo e a norma regulamentar não for atualizada, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, também avalia quanto aplicabilidade ou não da reversão do passivo ao resultado. Tais saldos são apresentados no passivo circulante ou não circulante, considerando a possibilidade ou não do Grupo evitar o pagamento pelos próximos 12 meses em eventual decisão desfavorável. Para os saldos atualmente contabilizados, em eventual decisão desfavorável nos mandados de segurança para o Grupo, seria possível aderir a parcelamentos ordinários realizados pela Receita Federal do Brasil, sustentando, portanto, a classificação no passivo não circulante. **2.17 Provisões** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.18 Imposto de renda e Contribuição Social correntes e diferidos** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com os itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, sendo também apresentados líquidos no ativo, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **2.19 Capital social** Representado exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **2.20 Distribuição de dividendos** Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.21 Reservas (a) Incentivo fiscal** Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das S.A. (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva foi constituída até 31/12/2023, com base na transferência da conta de lucros acumulados, das parcelas do incentivo fiscal de ICMS, reconhecidas no resultado do exercício (Nota 2.22 (b)), podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Contudo, a partir de 1°/01/2024, com a revogação do artigo 30° da Lei nº 12.973/14, o Grupo deixou de constituir novos saldos de reservas de incentivos no patrimônio líquido. **(b) Reserva legal** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social. O saldo remanescente de lucros é apresentado nas demonstrações financeiras refletindo a proposta da administração a ser submetida a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas (AGO), que também apreciará estas demonstrações financeiras, conforme descrito na Nota 24 (d). **2.22 Reconhecimento da receita de contratos de clientes (a) Receita de contratos com clientes** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando da transferência de controle dos bens e serviços (etanol, açúcar, energia, DDG WDG e outras) para o cliente, sua única obrigação de desempenho, por um montante que reflita a contraprestação que o Grupo espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços. Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda. O reconhecimento de receita dos produtos comercializados pelo Grupo, e, consequentemente, as obrigações de performance, são satisfeitas em momento específico no tempo, conforme conceito previsto pelo CPC 47 / IFRS 15, que geralmente se dá mediante a entrega física e/ou aceite do cliente. **(b) Tributos sobre as vendas (i) PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social).** A Cia. e sua Controlada são tributadas pelo regime de lucro real anual e consequentemente está inserida no regime não cumulativo em relação ao imposto PIS (Programa de Integração Social) e da contribuição COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social). As alíquotas são de 1,65% para PIS e 7,60% COFINS, a exceção é o Etanol Hidratado Carburante que é tributado por unidade de medida, sendo R$23,38 PIS e R$107,52 COFINS por m³. Embasado nas leis 10.637/2002, 10.833/2003 e nas demais normas que norteiam a apuração do PIS e da COFINS, o Grupo realiza apurações mensais identificando, através dos registros contábeis, as aquisições que geram direito ao crédito, assim como as receitas que geram os débitos. Nesse contexto todo crédito é transitado pelo resultado através da dedução dos custos dos produtos adquiridos, e, em contrapartida, os débitos transitam pelo resultado, reduzindo a rubrica de "Receita de contratos com clientes". No ativo e passivo (tributos a recuperar e tributos a recolher) os saldos a pagar na apuração mensal é compensado com o pagamento e/ou compensação com créditos do exercício ou saldos acumulados credores. Caso o volume de crédito seja superior ao débito o Grupo passa a controlar o saldo credor em conta no ativo (tributo a recuperar), sendo o saldo classificado entre circulante e não circulante baseado na estimativa de consumo previsto no orçamento do Grupo. **(ii) ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).** A Cia. e sua Controlada são tributadas pela circulação na venda de seus produtos, contando com os incentivos fiscais concedidos pelo Estado de Goiás (Notas 1.2 e 1.3) e do Mato Grosso do Sul (Nota 1.4). A contabilização do ICMS segue o mesmo procedimento do PIS e COFINS descrita no tópico anterior. **(c) Incentivo fiscal** O incentivo fiscal de ICMS, recebido na forma de ativo monetário, é reconhecido no resultado do exercício, de maneira sistemática, observando-se o regime de competência relacionado com as correspondentes despesas incorridas com esses tributos, objeto de compensação desse incentivo, uma vez que vêm sendo cumpridas as obrigações fixadas pelos correspondentes programas e que as condições existentes se referem a fatos sob o controle da administração do Grupo. Consequentemente, a rubrica de "Receita de contratos com clientes", na demonstração do resultado do exercício, é deduzida do encargo do ICMS, líquido dos efeitos dos correspondentes incentivos. **2.23 Receita financeira** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.24 Consolidação (a) Demonstrações financeiras consolidadas** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). A Cia. prepara suas demonstrações financeiras consolidadas com as demonstrações financeiras de sua Controlada (Nota 1), cuja gestão dos negócios é efetuada em conjunto, pelo mesmo corpo diretivo. Transações entre Cia.s, saldos e ganhos não realizados em transações com a Controlada são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da Controlada são consistentes àquelas adotadas pela Cia.. Informações das demonstrações financeiras da Controlada, incluídas na consolidação, constam na Nota 14. **2.25 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações** Não ocorreram alterações de normas que trouxessem impactos relevantes nas demonstrações financeiras, quando foram adotadas pela primeira vez para o exercício social. **2.26 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá o IAS 1 (CPC 26 (R1)) e será aplicável para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2027, com aplicação retrospectiva. A norma introduz categorias obrigatórias para apresentação de receitas e despesas (operacional, investimento, financiamento, impostos sobre a renda e operações descontinuadas), novos subtotais na demonstração do resultado, requisitos de agregação/desagregação e divulgações de medidas de desempenho definidas pela administração. Há ainda alterações correlatas ao IAS 7 (CPC 03 (R2)), incluindo o início do método indireto pelo lucro ou prejuízo operacional e a eliminação da opcionalidade de classificação dos fluxos de juros e dividendos. No Brasil, a adoção ocorrerá via CPC 51. A Cia. e sua Controlada vêm se preparando para a adoção obrigatória nas demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de março de 2028, com revisão das demonstrações financeiras primárias, mapeamento das novas categorias, definição de medidas de desempenho definidas pela Administração e ajustes de processos e sistemas. Com base na avaliação preliminar, os impactos esperados concentram-se em apresentação e divulgação, incluindo: (i) reclassificações específicas para a categoria de investimento; (ii) realocação das variações cambiais conforme a natureza dos itens; e (iii) reclassificação de juros recebidos e pagos na demonstração dos fluxos de caixa. Até a presente data, não se identificam efeitos materiais além dos de forma. Não há outras novas normas CPC/IFRS ou interpretações OCPC/ICPC/IFRIC ou normas CVM que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis do Grupo. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das práticas contábeis. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam maior risco e com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo: **(a) Valor justo dos ativos biológicos** O valor justo dos ativos biológicos da Cia. representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 11). O Grupo avalia seus ativos biológicos ao valor justo, conforme orientações do IAS 41/CPC 29. Essa avaliação considera a melhor estimativa do Grupo na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) área plantada com cana-de-açúcar; (ii) produtividade estimada dos canaviais; (iii) quantidade de ATR - por tonelada de cana-de-açúcar; (iv) preços futuros estimados do ATR; (v) custos necessários para manutenção do canavial (tratos culturais); (vi) custo da terra utilizada (arrendamento ou parceria) e de máquinas e equipamentos; (vii) custos correspondentes ao corte, transbordo e transporte da cana-de-açúcar (CTT); e (viii) custo de oportunidade dos ativos. As premissas críticas utilizadas estão divulgadas na Nota 11.2. O resultado apurado para o valor justo dos ativos biológicos do Grupo pode ser substancialmente diferente do resultado real a ser obtido caso algumas dessas premissas não se confirmem. **(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** O Grupo reconhece passivos fiscais para situações em que há discussão jurídica de que determinados tributos sejam devidos, e, conforme legislação aplicável, atualiza os saldos pela SELIC. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado. Na determinação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, o Grupo avalia o impacto das incertezas nas posições fiscais tomadas. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas que envolvem uma série de julgamentos sobre eventos futuros, tais como projeções econômico-financeiras, cenários macroeconômicos e a legislação fiscal pertinente. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria o Grupo a mudar seu julgamento com relação aos tributos já reconhecidos, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram revistas as informações e eventualmente trouxer ajustes nos tributos diferidos contabilizados. **(c) Provisão para contingências** O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(d) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar** Os direitos de uso e os passivos de arrendamentos são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxas de empréstimo incremental do arrendatário. Essa taxa média ponderada de empréstimo incremental envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalente. **(e) Considerações sobre índice ATR** Em abril de 2026 as entidades participantes do CONSECANA firmaram acordo para retomada da divulgação do índice oficial pelo CONSECANA. Na sequência ocorreu a divulgação do preço do Kg de ATR de toda a Safra 2025/26, sem alterações nos índices praticados pela Cia.. Além disso, o acordo firmado pelas entidades prevê o pagamento de um valor adicional para alguns fornecedores de cana que cumpram alguns requisitos acordados entre as entidades, valor este que abrange as safras 2024/25 e 2025/26. A Cia. atendendo a nova regulamentação calculou os valores devidos e realizou a provisão na Safra 2025/26 e realizará os pagamentos até a data prevista no acordo, ou seja, até o dia 27/07/2026. **(f) Instrumentos Financeiros e *Hedge Accounting*** A Cia. mantém operações com instrumentos financeiros derivativos, principalmente para proteção contra riscos de variação de taxa de câmbio, taxa de juros e preços. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo, com base em preços de mercado ou, quando não disponíveis, por meio de modelos de precificação que utilizam premissas internas e dados observáveis. As relações de hedge são designadas de acordo com a política contábil da Cia. e atendem aos requisitos do CPC 48. A efetividade é avaliada periodicamente, e os impactos decorrentes da variação no valor justo dos instrumentos são reconhecidos no resultado ou em outros resultados abrangentes, conforme a natureza do hedge (fluxo de caixa ou valor justo). Informações adicionais sobre a hierarquia de valor justo, análises de sensibilidade e exposição a riscos de mercado são apresentadas nas notas explicativas específicas de instrumentos financeiros. (Nota 9) **4. Gestão de risco financeiro 4.1 Fatores de risco financeiro** As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos, sobretudo: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. Conforme o detalhamento a seguir, o Grupo adota uma postura de acompanhamento permanente de cada um desses riscos e pode contratar instrumentos financeiros de proteção, desde que orientados por políticas aprovadas pelo Conselho de Administração e sempre com único propósito de proteção contra flutuações de preços ou taxas de juros, não havendo nenhum tipo de operação de alavancagem, tampouco instrumentos derivativos exóticos. **(a) Risco de mercado (i) Risco de preços** O Grupo está exposto principalmente a riscos relacionados à variação dos preços de açúcar e do etanol, principal produto do Grupo. Adicionalmente, está exposto a risco de variação dos preços do custo de arrendamento de terras para a produção da cana de açúcar e de mercado do milho, utilizados pela Cia. e sua controlada, respectivamente, como insumos na produção do etanol. Os principais fatores do risco de preços podem ser desdobrados nos itens: (i) oscilação de preços do barril de petróleo, que reflete diretamente no preço da gasolina e, consequentemente, na paridade e, consequentemente, nos preços do álcool carburante; (ii) mercado de commodities para alimentação (milho, soja e açúcar) que pode incrementar a volatilidade de preços de custo de aquisição e de arrendamento de terras para a produção das matérias primas e, consequentemente, do etanol; (iii) taxa de câmbio, visto que o petróleo, a soja e o milho possuem mercado globalizado; (iv) política de preços dos combustíveis no mercado interno e de tributação na sua importação; (v) riscos de preços de energia elétrica e coprodutos do milho. Para proteger-se contra esses riscos de mercado, o Grupo utiliza ferramentas de monitoramento, sendo que podem ser firmados contratos para a aquisição da matéria-prima milho a preço fixo, bem como contratados instrumentos derivativos de commodities para as exposições, objetivando mitigar o risco de oscilações de preços de mercado. **(ii) Risco de taxa de juros** O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos e debêntures, considerando a possibilidade de perdas decorridas de flutuações nas taxas de juros que diminuam rendimento de aplicações ou aumentem as despesas financeiras. Como prática, as aplicações e parte significativa dos empréstimos, financiamentos e debêntures são indexados a taxas pós-fixadas (Certificado de Depósito Interbancário - CDI), representando um hedge natural entre os saldos. Existem também debêntures que são indexadas a taxas pós-fixadas (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) que, para mitigar os riscos, são contratados instrumentos derivativos. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ademais, o Grupo tem parte de sua dívida bancária atualizada por taxas de juros pré-fixadas e pela variação da taxa de longo prazo (em TJLP ou TLP) para as quais busca ter como referência o Certificado de Depósito Interbancário - CDI médio previsto para o prazo de vigência das operações. **(iii) Risco de moeda** Em 31/03/2026 o Grupo não possuía empréstimos denominados em moeda estrangeira. Cabe destacar que, como prática de gestão de riscos, o Grupo apenas contrata esse tipo de financiamento em conjunto com instrumentos derivativos que mitiguem o risco cambial. **(b) Risco de crédito** Para minimizar os impactos com o risco de crédito ligado a instituições financeiras, o Grupo tem como prática operar com instituições financeiras que apresentem maior solidez (instituições de primeira linha). Além disso, outra prática que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionais aos saldos de empréstimos e financiamentos junto a cada uma das instituições. Quanto à venda de produtos acabados, a exposição do Grupo no etanol está diretamente ligada às três maiores distribuidoras de combustíveis do país, para as quais vende aproximadamente 66,5% da produção, considerando o montante acumulado entre abril e março da safra 2025/2026 (66,8% no mesmo exercício da safra 2024/2025), da sua produção por meio de contratos de fornecimento de médio e longo prazo. O Grupo monitora constantemente a situação financeira desses clientes e considera que possuem baixo risco de crédito. Para os demais clientes, o Grupo procura trabalhar com recebimentos antecipados, ocorrendo estes casos principalmente no exercício de entressafra. No caso de clientes do mercado de nutrição animal, foram criados mecanismos de administração do risco de crédito de compradores de *DDGs + WDGs*, por meio de normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, com base em análise criteriosa e técnicas de *balanced scorecard*. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração do Grupo. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração do Grupo não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **(c) Risco de liquidez** O Grupo busca liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, seja em condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou mesmo risco de prejudicar a sua reputação, sendo que atualmente existe uma prática de caixa mínimo estabelecida para a Cia.. São utilizados sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e a maximização do retorno de investimentos. A previsão do fluxo de caixa é realizada pelos gestores dos departamentos chave do Grupo e submetida à aprovação da administração. Destaca-se também que o prazo médio da dívida é monitorado e estendido por meio da liquidação antecipada de dívidas de curto prazo e iniciativas para redução de necessidade de capital de giro estão implementadas (tais como: controle de estoques, negociações junto a fornecedores para alongamento de prazos e controle de custos). Além disso, existem contratos de fornecimento de longo prazo e estoques de etanol e milho que permitem captação de recursos com custo reduzido. A análise a seguir demonstra os passivos financeiros e adiantamentos de clientes do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial em relação a data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, e, portanto, incluem, encargos financeiros futuros, sendo assim, divergem dos valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos e arrendamentos e parcerias a pagar:

Controladora 2026	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos	Saldo total a pagar	Valor contábil
Arrendamentos a pagar	37.401	39.066	69.906	113.439	259.812	148.683
Parcerias agrícolas a pagar	114.120	108.841	291.137	273.739	787.837	480.574
Fornecedores	172.994	-	-	-	172.994	172.994
Empréstimos e financiamentos *	291.983	401.205	1.251.412	1.777.863	3.722.463	1.833.587
Adiantamentos de clientes	298.879	284.884	234.724	-	818.487	632.798
Outros passivos	2.317	-	-	-	2.317	2.317
	917.694	833.996	1.847.179	2.165.041	5.763.910	3.270.953

Controladora 2025	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos	Saldo total a pagar	Valor contábil
Arrendamentos a pagar	43.529	39.468	95.775	170.333	349.105	174.992
Parcerias agrícolas a pagar	106.884	98.261	257.520	212.593	675.258	459.532
Fornecedores	146.866	-	-	-	146.866	150.083
Empréstimos e financiamentos *	291.983	401.205	1.251.412	1.777.863	3.722.463	1.836.895
Adiantamentos de clientes	298.879	284.884	234.724	-	818.487	818.487
Outros passivos	2.244	-	-	-	2.244	2.244
	890.385	823.818	1.839.431	2.160.789	5.714.423	3.442.233

Consolidado 2026	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos	Saldo total a pagar	Valor contábil
Arrendamentos a pagar	39.162	40.827	75.242	122.539	277.770	158.546
Parcerias agrícolas a pagar	125.083	119.804	324.890	340.999	910.777	546.361
Fornecedores	222.592	-	-	-	222.592	237.910
Empréstimos e financiamentos *	1.005.789	726.186	2.357.490	2.165.704	6.255.169	3.885.801
Adiantamentos de clientes	302.332	284.884	234.724	-	821.940	636.251
Outros passivos	3.205	-	-	-	3.205	3.205
	1.698.163	1.171.701	2.992.346	2.629.242	8.491.453	5.468.074

Consolidado 2025	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos	Saldo total a pagar	Valor contábil
Arrendamentos a pagar	45.185	41.124	100.765	181.073	368.147	184.617
Parcerias agrícolas a pagar	114.382	105.866	280.841	261.487	762.576	507.728
Fornecedores	196.464	-	-	-	196.464	199.695
Empréstimos e financiamentos *	1.005.789	726.186	2.357.490	2.165.704	6.255.169	3.773.478
Adiantamentos de clientes	302.332	284.884	234.724	-	821.940	821.940
Outros passivos	3.330	-	-	-	3.330	3.330
	1.667.482	1.158.060	2.973.820	2.608.264	8.407.626	5.490.788

* Inclui debêntures e instrumentos financeiros derivativos **(d) Risco operacional** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias, de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial e de efeitos climáticos ou relacionados a doenças e pragas. O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para buscar a eficácia de custos e evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo, sendo que listados abaixo estão os principais fatores que podem causar impactos nas operações da safra atual ou em safras futuras: (i) riscos de novas tecnologias no setor automotivo (ex.: energia elétrica) (ii) risco de arrendadores de terras não renovarem contratos para a produção de cana-de-açúcar e passarem a explorar outras commodities (como soja e/ou milho) (iii) risco com escassez de insumos agrícolas importados, necessários para a produção de cana-de-açúcar pela Cia. e/ou de milho para seus fornecedores (iv) alterações em políticas e regulamentações governamentais que afetem o setor agrícola ou o setor de combustíveis (v) paralisação das operações por determinado exercício, por exemplo em função de sinistro industrial ou por perda de licenças A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • cumprimento de exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • compliance e adoção de padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz. A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados. **(e) Riscos de efeitos climáticos e relacionados a doenças e pragas** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para monitoramento e tratamento dos riscos de efeitos climáticos e relacionados a doenças e pragas é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração desses riscos. **(f) Análise de sensibilidade** Com base nos mecanismos de mitigação e exposições apresentadas anteriormente, o Grupo entende que as operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos (Nota 9) e riscos de câmbio não possuem materialidade suficiente para justificar a elaboração de cenários, conforme previsto pelo IAS 1/ CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis. Em relação ao risco de taxa de juros, destaca-se abaixo um exercício sobre o impacto de aumento na taxa de juros. O cenário provável, em 31 de março de 2026, considera a taxa CDI média projetada para o prazo de 12 meses - obtida no site da B3 (taxas referenciais de Swap DI x PRÉ) aplicada ao volume de exposição do Grupo, composto por: empréstimos e financiamentos (incluindo debêntures e instrumentos financeiros derivativos) e saldo de aplicações financeiras. Além disso, para efeito de simplificação, foi considerado o percentual de 92,7% da dívida indexada a CDI e saldo de aplicações com rentabilidade de taxa média de 100,51% do CDI, desconsiderando captações, amortização e geração de caixa do exercício. Sobre a exposição apresentada no cenário provável, foi sensibilizado incremento e redução de 25% e 50% do CDI médio, com objetivo de demonstrar o impacto na projeção de dívida líquida do Grupo. O quadro a seguir apresenta os resultados consolidados dessa sensibilidade:

Consolidado	Fator de risco	31/03/2026	Cenários - 31 de março 2027: -50%	-25%	Provável	+25%	+50%
CDI médio próximos 12 meses			7,15%	10,73%	14,30%	17,88%	21,45%
Total dos empréstimos e financiamentos *	Variação da taxa de juros	3.885.801	4.148.911	4.280.465	4.412.020	4.543.575	4.675.130
Caixa e equivalentes de caixa		(1.399.318)	(1.514.502)	(1.564.967)	(1.615.433)	(1.665.898)	(1.716.363)
Aplicações financeiras		(330.658)	(357.914)	(369.856)	(381.797)	(393.739)	(405.680)
Dívida líquida		2.155.825	2.276.495	2.345.643	2.414.790	2.483.938	2.553.086
Efeito no resultado e patrimônio líquido			120.670	189.818	258.965	328.113	397.261

Consolidado	Fator de risco	31/03/2025	Cenários - 31 de março 2026: -50%	-25%	Provável	+25%	+50%
CDI médio próximos 12 meses			7,37%	11,05%	14,73%	18,41%	22,10%
Total dos empréstimos e financiamentos *	Variação da taxa de juros	3.773.478	4.036.387	4.167.842	4.299.296	4.430.751	4.562.205
Caixa e equivalentes de caixa		(1.470.898)	(1.586.306)	(1.640.564)	(1.694.822)	(1.749.079)	(1.803.337)
Aplicações financeiras		(17.689)	(19.081)	(19.736)	(20.390)	(21.044)	(21.699)
Dívida líquida		2.284.891	2.431.000	2.507.542	2.584.085	2.660.627	2.737.169
Efeito no resultado e patrimônio líquido			146.109	222.651	299.194	375.736	452.278

*Inclui debêntures e instrumentos financeiros derivativos, após efeitos de swap. Foi considerado percentual de 94,7% (2025 – 94,6%) indexado ao CDI. **4.2 Gestão de capital** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e de garantir a liquidez necessária para suas atividades. Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos do Grupo, requeridos para seu constante crescimento e renovação, são obtidos de recursos captados em linhas de financiamento de longo prazo e de geração de caixa do Grupo.O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, inclusive relativamente a outras Cia.s do setor. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros derivativos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa e de aplicações financeiras, e não considera os saldos de adiantamentos de clientes, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar, uma vez que esses não se caracterizam como instrumentos financeiros (empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida). O capital total corresponde à soma do patrimônio líquido e da dívida líquida.

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Total dos empréstimos e financiamentos *	1.833.587	1.836.895	3.885.801	3.773.478
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(761.190)	(898.996)	(1.399.318)	(1.470.898)
Menos: aplicações financeiras	(127.133)	(10.927)	(330.658)	(17.689)
Dívida líquida	945.264	926.972	2.155.825	2.284.891
Total do patrimônio líquido	1.803.451	1.433.331	1.803.451	1.433.331
Total do capital	2.748.715	2.360.303	3.959.276	3.718.222
Índice de alavancagem financeira	34,39%	39,27%	54,45%	61,45%

* Inclui debêntures e instrumentos financeiros derivativos líquidos·

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Caixa	45	45	48	48
Depósitos bancários	321	1.014	1.904	4.348
Aplicações financeiras: Certificados de Depósito Bancário - CDB	760.824	897.937	1.397.366	1.466.502
	761.190	898.996	1.399.318	1.470.898

Aplicações financeiras:	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Fundo de investimento vinculado	-	938	-	937
Letra Financeira	116.875	-	230.790	-
Letra Financeira do Tesouro - LFT vinculado	-	-	17.901	6.763
Certificado de Depósito Bancário - CDB vinculado (c)	10.258	9.989	81.967	9.989
	127.133	10.927	330.658	17.689
Circulante	(117.986)	(937)	(303.610)	(7.699)
Não circulante	9.147	9.990	27.048	9.990

As aplicações financeiras possuem remuneração média equivalente a 102,34% (31/03/2025: 99,26%) da variação dos Certificados de Depósito Interbancário – CDI. **6. Contas a receber** A composição das contas a receber de clientes, bem como por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Contas a receber de clientes - terceiros	14.785	26.257	107.673	169.084
Contas a receber de clientes - controlada	12.618	380	-	-
	27.403	26.637	107.673	169.084

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
A vencer	27.403	25.810	107.472	163.695
Vencidos 30 dias	-	619	-	4.994
Vencidos acima de 90 dias	-	208	201	395
	27.403	26.637	107.673	169.084

São registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, que se aproximam de seu valor justo. A administração do Grupo não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, motivo pelo qual nenhuma provisão para devedores duvidosos foi constituída. Os saldos que estavam vencidos e não provisionados em 31/03/2026 e de 2025 foram substancialmente recebidos durante os meses de abril de 2026 e de 2025, respectivamente. **7. Partes relacionadas (a) Ativo circulante**

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Outros ativos (reembolso despesas administrativas) - (i) Neomille S.A.	20.042	2.117	-	-
Outras partes relacionadas	994	879	995	880
	21.036	2.996	995	880
Contas a receber - (v) Neomille S.A.	12.618	380	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber Neomille S.A. - (viii)	8.167	24.809	-	-

continua...

ZapSign - f2a660b9-0348-499c-aac8-1537c73bed1e | Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Continuação...

(b) Passivo circulante	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Fornecedores - cana de açúcar - (vii)				
NSF Participações S.A.	1.466	1.755	1.466	1.755
Fornecedores - serviço de transbordo - (vi)				
Cerradinho Logística Ltda.	-	-	674	-
Outros passivos (despesas com aval de acionistas, aeronaves) - (ii)/(iii)				
Cerradinho Participações S.A.	1.288	1.991	1.991	2.276
Neomille S.A.	2.417	-	-	-
Cerradinho Terra Ltda.	2	2	2	13
	3.707	1.993	1.993	2.289
Dividendos minímos a pagar				
Cerradinho Participações S.A.	100.000	46.676	100.000	46.676
Dividendos adicionais propostos a pagar				
Cerradinho Participações S.A.	30.196	-	30.196	-

(c) Transações	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Reembolso de despesas administrativas - (i)				
Neomille S.A.	36.437	7.984	-	-
Outras partes relacionadas	2.676	2.881	2.674	2.881
	39.113	10.865	2.674	2.881
Despesa com aval - (ii)				
Cerradinho Participações S.A.	(936)	(1.144)	(4.158)	(1.144)
Cerradinho Terra Ltda.	(17)	(41)	(17)	(41)
	(953)	(1.185)	(4.175)	(1.185)
Despesa com aeronave - (iii)				
Cerradinho Participações S.A.	(3.596)	(2.933)	(4.167)	(2.933)
Despesa com aluguel - (iv)				
Cerradinho Participações S.A.	(1.280)	(1.190)	(1.280)	(1.190)
Receita de venda e prestação de serviços				
Neomille S.A. - (v)	122.133	52.489	-	-
Despesa com locação e prestação de serviços				
Neomille S.A. - (v)	(17.571)	-	-	-
Compra de cana de açúcar (vii)				
NSF Participações S.A.	(34.597)	(38.701)	(34.597)	(38.701)
Despesa de transbordo - (vi)				
Cerradinho Logística Ltda.	(5.313)	(6.895)	(11.907)	(6.895)
Juros sobre o capital próprio e dividendos				
Neomille S.A. - (viii)	280.850	62.000	-	-

(i) Rateio de despesas administrativas referente a serviços prestados para as demais empresas controladas pela sociedade controladora Cerradinho Participações S.A. e outras partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, as quais são liquidadas trimestralmente. (ii) Remuneração paga para as empresas Cerradinho Participações S.A e Cerradinho Terra S.A, nos casos de prestação de garantias, classificada no resultado financeiro por ser comparável a uma fiança bancária, a qual é liquidada trimestralmente. Para avais da Cia. prestados a Controlada, não há cobrança de remuneração pela prestação de garantia. (iii) Despesas compartilhadas com a Cerradinho Participações S.A. pela utilização de suas aeronaves, as quais são liquidadas trimestralmente. (iv) Locação de sala localizada em São Paulo em imóvel da Cerradinho Participações S.A., a qual é liquidada mensalmente. (v) Receita proveniente da venda de vapor, água, energia, prestação de serviços de carregamento de etanol e aluguel de tanques, cujas liquidações ocorrem anualmente, bem como da venda de milho (cultivado como cultura rotativa pela Cia.), com liquidação na safra subsequente. (vi) Serviço de transbordo do etanol do terminal em Chapadão do Sul/MS para Paulínia/SP, prestado pela Cerradinho Logística Ltda, ao qual é liquidado, em média, 10 dias da data da prestação do serviço. (vii) Refere-se a contrato de compra e venda de cana de açúcar, sendo o preço e condições definidos utilizando como parâmetro índice CONSECANA. (viii) Corresponde a juros sobre o capital próprio e dividendos a receber, pela Cia., da sociedade controlada Neomille. **(d) Remuneração do pessoal chave da administração** Como estabelecido no estatuto social, pessoal-chave da administração inclui os membros da diretoria executiva e os membros do conselho de administração. A remuneração por competência dos exercícios está demonstrada a seguir:

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Salários e honorários	13.307	12.337	15.244	13.808
Remuneração variável de curto prazo	3.220	2.167	4.010	2.706
Remuneração variável de longo prazo	1.815	1.311	2.415	1.754
Contribuições previdenciárias e sociais	2.864	3.028	3.523	3.533
	21.206	18.843	25.192	21.801

8. Estoques	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Produtos acabados:				
Etanol hidratado (a)	35.926	29.130	73.445	88.509
Etanol anidro (a)	-	-	23.284	4.027
Créditos de descarbonização - CBIOs (c)	6.536	7.474	9.899	8.524
Açúcar VHP	1.795	-	1.795	-
DDGs, WDGs e óleo de milho	-	-	25.021	473
	44.257	36.604	133.444	101.533
Almoxarifado e insumos para produção:				
Gastos de manutenção de entressafra (b)	94.714	135.343	94.714	135.343
Materiais de manutenção recorrente	20.380	17.760	44.888	35.720
Insumos agrícolas	17.159	11.501	20.473	14.634
Produtos químicos	2.093	10.754	8.987	21.613
Milho (c)	-	-	349.162	294.822
Biomassa	5.598	5.471	11.115	10.558
Outros	12.971	7.161	18.060	11.331
	152.915	187.990	547.399	524.021
Provisão para obsolescência	(5.134)	(5.437)	(7.680)	(7.601)
Ajuste ao valor realizável líquido	(11.764)	-	(11.764)	-
	(16.898)	(5.437)	(19.444)	(7.601)
	180.274	219.157	661.399	617.953

(a) Os volumes dos estoques consolidados em 31/03/2026 eram de 22,5 mil m3 (31/03/2025 - 32,2 mil m3). (b) Refere-se aos gastos de manutenção da planta de processamento de cana-de-açúcar da Cia., que ocorre no exercício de entressafra, entre os meses de dezembro e março, sendo essenciais para que as operações industriais tenham eficiência na safra subsequente. Tais gastos são inicialmente registrados na rubrica Estoques, como produtos em elaboração, e incorporados ao custo de produção na safra subsequente. (c) A Controlada adota a estratégia de compra antecipada para fixação do preço de sua matéria-prima - milho, razão pela qual em determinados exercícios o estoque apresenta-se mais alto, sendo o mesmo consumido na produção em exercícios subsequentes. Os estoques de milho em 31/03/2026 eram de cerca de 380 mil toneladas (31/03/2025 - 345 mil toneladas). Em 31/03/2026 a Controlada possui em aberto adiantamentos para fornecedores de milho no montante de R$ 1.608 (31/03/2025 - R$3.459) registrados na rubrica "Outros ativos". **9. Instrumentos financeiros derivativos** O Grupo se utiliza de derivativos apenas para fins econômicos de *hedge* e não como investimentos especulativos, baseada em política de *hedge accounting* de fluxo de caixa e de valor justo definida, cuja posição em aberto está demonstrada a seguir:

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Ativo				
Termo de mercadoria (Milho)	-	-	916	14.550
Termo de mercadoria (Óleo soja)	1.224	-	1.224	-
Termo de mercadoria (Opções)	765	-	1.433	-
Termo de mercadoria (Brent)	263	-	263	-
Termo de mercadoria (Açúcar) - Hedge accounting (i)	13.360	4.438	13.360	4.438
Termo de moeda (Dólar) - Hedge accounting (i)	31.281	5.548	34.083	5.548
Swaps de taxa de Juros - Hedge accounting (ii)	127.805	81.222	251.102	236.921
	174.698	91.208	302.381	261.457
Circulante	(15.790)	(3.134)	(20.176)	(88.920)
Não circulante	158.908	88.074	282.205	172.537
Passivo				
Termo de mercadoria (Milho)	-	-	-	2
Termo de mercadoria (Soja)	-	-	3.657	-
Termo de moeda - Dólar/Euro	1.331	18.942	6.728	18.942
Termo de moeda - Etanol	-	-	-	-
Termo de moeda (Dólar) - Hedge accounting (i)	-	-	-	-
Termo de mercadoria (Opções)	1.148	-	1.148	-
Termo de mercadoria (Açúcar) - Hedge accounting (i)	128	19.614	128	19.614
Swaps de taxa de Juros - Hedge accounting (ii)	73.551	75.835	155.254	182.496
	76.158	114.391	166.915	221.054
Circulante	(74.813)	(98.814)	(144.878)	(173.160)
Não circulante	1.345	15.577	22.037	47.894
Não Hedge accounting	(227)	(18.942)	(7.697)	(4.394)
Hedge accounting	98.767	(4.241)	143.163	44.797
Valor líquido dos instrumentos financeiros	98.540	(23.183)	135.466	40.403

(i) Os contratos a termo de moeda e de açúcar da Controladora estão associados ao hedge das operações de açúcar, sendo as variações de marcação a mercado tratadas como hedge accounting de fluxo de caixa. (ii) Em 31/03/2026, os contratos para *swap* de taxa de juros possuem ponta ativa em IPCA ou taxa pré-fixada e ponta passiva em CDI, conforme estratégia adotada no momento da operação, e podem ser apresentados como ativos ou passivos dependendo do comportamento relativo de cada um dos indexadores. As variações relacionadas exclusivamente a marcação a mercado destes *swaps* totalizam R$ 35.662 na Controladora e R$ 83.927 no Consolidado e foram contabilizadas em contrapartida à rubrica Debêntures (Nota 20) e empréstimos e financiamentos (Nota 19), por tais operações serem os objetos de *hedge accounting* de valor justo. Em 31/03/2026, o valor nocional dos contratos derivativos em aberto totalizava no consolidado, R$ 2.998.172 (31/03/2025: R$ 2.892.703). Os valores nocionais representam apenas a base contratual de referência dos instrumentos e não correspondem aos valores reconhecidos contabilmente, que são mensurados pelo valor justo. A movimentação dos instrumentos financeiros (líquidos) está apresentada na Nota 30 (c). **10. Arrendamentos a receber** Refere-se a um contrato de arrendamento para o qual os direitos de uso foram substancialmente transferidos para um terceiro, através de um contrato de subarrendamento, o qual foi registrado como arrendamento a receber, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Segue abaixo a movimentação nos exercícios:

Controladora e Consolidado	Ativo de arrendamentos	Ajuste a valor presente dos arrendamentos	Arrendamentos a receber
Saldo em 31 de março de 2024	14.656	3.255	17.911
Remensurações	199	-	199
Recebimentos	(10.114)	-	(10.114)
Atualização financeira	-	1.510	1.510
Saldo em 31 de março de 2025	4.741	4.765	9.506
Remensurações	7.990	-	7.990
Recebimentos	(9.914)	-	(9.914)
Atualização financeira	-	1.898	1.898
Saldo em 31 de março de 2026	2.817	6.663	9.480
Circulante			1.732
Não circulante			7.748
			9.480

Abaixo, foram demonstrados os montantes que o Grupo espera receber por faixas de exercício de recebimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial em relação a data contratual. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, e, portanto, incluem, encargos financeiros futuros a receber, sendo assim, divergem dos valores divulgados no balanço patrimonial:

Controladora e consolidado	2026	2025
Valor contábil	1.732	9.506
menos de 1 ano	4.071	10.112
entre 1 e 2 anos	3.677	

11. Ativos biológicos 11.1 Movimentação dos ativos biológicos:

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Custo histórico - cana em pé	206.357	190.359	206.357	190.359
Custo histórico - eucalipto	40.280	24.849	105.379	68.920
Custo histórico - milho	14.432	3.954	14.432	3.954
Valor justo - cana em pé	(56.846)	(42.965)	(56.846)	(42.965)
Valor justo - eucalipto	(2.246)	180	(2.246)	180
Saldo inicial de ativos biológicos	201.977	176.377	267.076	220.448
Movimentação:				
Mudança no valor justo menos custos estimados de venda - cana	39.684	(13.881)	39.684	(13.881)
Acréscimo relativo aos tratos culturais cana	142.707	151.219	142.708	151.219
Mudança no valor justo menos custos estimados de venda - eucalipto	(6.977)	(2.426)	(6.977)	(2.426)
Acréscimo relativo a tratos em florestas de eucalipto	14.564	15.431	34.329	36.459
Acréscimo relativo a formação de lavoura de milho	1.188	14.432	1.188	14.432
Redução relativa as colheitas	(157.479)	(139.175)	(157.479)	(139.175)
	235.665	201.977	320.530	267.076
Composto por:				
Custo histórico - cana em pé	199.379	206.357	199.380	206.357
Custo histórico - eucalipto	54.844	40.280	139.708	105.379
Custo histórico - milho	1.188	14.432	1.188	14.432
Custo histórico - soja	6.638	-	6.638	-
Valor justo - cana em pé	(17.162)	(56.846)	(17.162)	(56.846)
Valor justo - eucalipto	(9.223)	(2.246)	(9.223)	(2.246)
Saldo final de ativos biológicos	235.665	201.977	320.530	267.076
Ativo circulante	(190.044)	(163.943)	(190.044)	(163.943)
Ativo não circulante	45.621	38.034	130.486	103.133

11.2 Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

Controladora e consolidado	2026	2025
Cana-de-açúcar:		
Produtividade prevista (t/ha)	94,10	84,04
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açucar (kg/t)	136,49	134,07
Preço médio projetado de ATR (R$/t)	1,06	1,11
Eucalipto:		
Produtividade prevista (Incremento Médio Anual – IMA)	50,00	50,00
Preço médio projetado (R$ / m³)	346,61	334,10

Com base na estimativa de receitas e custos, o Grupo determina os fluxos de caixa a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de "Ativos biológicos" e tem como contrapartida a rubrica "Variação no valor justo de ativo biológico" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras do exercício social. O resultado apurado para o valor justo do ativo biológico do Grupo pode ser, substancialmente, diferente do resultado real a ser obtido caso algumas dessas premissas não se confirmem, o cálculo é revisado trimestralmente e, se necessário, ajustado. Ressalta-se que os ativos biológicos da Cia. (cana-de-açúcar e eucalipto) são implementados com o objetivo de consumo no processo de produção, não tendo, inicialmente, destinação comercial. As lavouras de cana-de-açúcar renovam-se anualmente e as florestas de eucalipto possuem um prazo médio de 7 anos entre o plantio e o corte, por este motivo, possui parte de seu saldo classificado no ativo não circulante. Adicionalmente, a administração também planeja utilizar a mesma planta de eucalipto em dois ciclos de 7 anos e estima que, do custo inicial de plantio (considerado o mais relevante nos custos de produção do eucalipto antes da colheita) devam ser aproximadamente 60% alocados ao custo do ativo biológico e a parcela remanescente de 40% deva ser alocada à planta portadora (classificada no ativo imobilizado), a qual será apropriada ao custo do ativo biológico somente no segundo ciclo. **11.3 Variação do valor justo dos ativos biológicos**

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Mudança no valor justo menos custos estimados de venda - cana	39.684	(13.882)	39.684	(13.881)
Mudança no valor justo menos custos estimados de venda - eucalipto	(6.977)	(2.426)	(6.977)	(2.426)
	32.708	(16.308)	32.708	(16.308)

11.4 Análise de sensibilidade do valor justo da cana-de-açúcar

A Cia. avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/03/2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar (que está sujeito, entre outros, a paridade de preços entre o etanol e a gasolina) e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Segue análise de sensibilidade considerando três cenários de variação.

Variações	Und	Controladora e consolidado 2,50%	5,00%	7,50%
Preço	mil R$	13.833	27.658	41.475
Volume	mil	6.345	12.688	19.030

A administração considera que as demais culturas não são relevantes para fins de demonstração de análises de sensibilidade. **12. Tributos a recuperar**

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Crédito outorgado de ICMS - Etanol anidro (i)	-	-	152.705	79.979
Crédito outorgado de ICMS - Compra de milho (ii)	-	-	-	52.052
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	17.897	23.091	50.676	65.663
Imposto de renda e contribuição social (iv)	136.236	50.667	203.862	95.577
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado (iii)	11.909	23.122	241.109	223.813
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado (iii)	2.639	5.071	52.900	48.922
Outros impostos a recuperar	938	56	938	186
	169.619	102.007	702.191	566.192
Ativo circulante	(147.293)	(81.613)	(526.049)	(410.347)
Ativo não circulante	22.326	20.394	176.142	155.845

(i) Anidro Carburante, conforme previsto pelo inciso XXVI do Decreto nº 4.852 de 29/12/1997. O referido benefício é concedido para empresas do setor alcooleiro enquadradas nos Programas FOMENTAR ou PRODUZIR, sendo apurado mediante aplicação do percentual de 32% sobre o valor do ICMS de R$ 1,47 por litro comercializado. Os efeitos contábeis são registrados em contrapartida da rubrica "Receita de contratos com clientes". (ii) Crédito outorgado concedido sobre as aquisições de milho em grão, conforme previsto no anexo IX, artigo 11, inciso XXXI do Decreto nº 4.4852 de 29/12/1997. O valor do benefício é apurado mediante aplicação do percentual de 5% sobre o valor total do custo de aquisição do referido insumo. Os efeitos contábeis são registrados inicialmente em contrapartida da rubrica "Estoques" e, posteriormente, transferidos para o custo de produção à medida em que o milho em grão é processado. (iii) Composto, substancialmente, por créditos remanescentes de PIS e COFINS oriundos de (i) aquisição de bens do ativo imobilizado; (ii) os efeitos da desoneração de PIS e COFINS sobre as vendas de etanol que ocorreram até 28/02/2023 e sua redução entre março e junho de 2023 no montante de R$ 89.341; e créditos de PIS, no montante de R$ 4.155 e de COFINS, no montante de R$19.261 relacionado a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 13/05/2021, pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS e que estão sendo compensados pelo Grupo. O Grupo efetua a compensação com os valores devidos de PIS e COFINS e realiza compensações administrativas com demais tributos no âmbito federal. (iv) Crédito de imposto de renda e contribuição social a recuperar é substancialmente composto por créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e créditos de IRRF incidentes sobre juros sobre capital próprio recebidos no exercício, bem como por recuperação extemporânea de imposto de renda e contribuição social, relacionados aos exercícios de 2021 e 2022. A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	Controladora 2026	Consolidado 2026
de 1º/04/2028 a 31/03/2029	16.999	158.109
de 1º/04/2029 a 31/03/2030	2.211	14.917
de 1º/04/2030 a 31/03/2031	3.116	3.116
	22.326	176.142

A projeção apresentada anteriormente estará sujeita a alterações, conforme a regulamentação da reforma tributária, atualmente em fase de tramitação. **13. Tributos correntes e diferidos (a) Composição do ativo e passivo diferidos** Os saldos de ativo e passivo diferidos têm a seguinte composição:

Controladora	2026	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2025
Créditos tributários diferidos sobre:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	160.649	(14.100)	-	174.749
Provisão para contingências	859	(1.752)	-	2.611
Provisão para participações no resultado	2.654	289	-	2.365
Adoção CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	69.101	7.516	-	61.585
Provisões Diversas	7.732	1.287	-	6.446
Provisões Liminar INSS	19.868	3.179	-	16.689
Provisões Liminar DIFAL	8.492	779	-	7.713
Provisão operações CBIOS	2.604	(652)	-	3.256
Ajuste a valor justo biológico e valor realizável dos estoques	22.336	396	-	21.940
Perda com derivativos - hedge accounting	-	(8.243)	-	8.243
Total de IR e CS ativo	**294.296**	**(11.300)**	**-**	**305.596**
Débitos tributários diferidos sobre:				
Provisão Liminar Rend. Aplic. Financeira	(32.718)	(14.121)	-	(18.598)
Depreciação fiscal x Societária	(79.251)	(8.073)	-	(71.178)
Depreciação acelerada incentivada	(34.541)	(34.541)	-	-
Ganho com derivativos diversos e hedge accounting	(45.863)	(6.750)	(39.113)	-
Vendas em trânsito e ajuste ao valor presente	(570)	(452)	-	(119)
Total de IR e CS passivo	**(192.943)**	**(63.936)**	**(39.113)**	**(89.894)**
Saldo de IR e CS diferidos	**101.353**	**(75.236)**	**(39.113)**	**215.702**

Consolidado	2026	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2025
Créditos tributários diferidos sobre:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	247.764	(41.094)	-	288.858
Provisão para contingências	1.267	(2.067)	-	3.335
Provisão para participações no resultado	3.302	279	-	3.023
Provisões Diversas	102.009	23.683	-	78.326
Provisões Liminar INSS	19.868	3.179	-	16.689
Provisões Liminar DIFAL	8.492	780	-	7.713
Provisão operações CBIOS	2.605	(651)	-	3.256
Ajuste a valor justo biológico e valor realizável dos estoques	22.336	22.336	-	-
Perda com derivativos - hedge accounting	-	(30.183)	-	30.183
Total de IR e CS ativo	**407.644**	**(23.738)**	**-**	**431.382**
Débitos tributários diferidos sobre:				
Provisão Liminar Rend. Aplic. Financeira	(48.262)	(29.665)	-	(18.598)
Depreciação fiscal x Societária	(147.296)	(31.411)	-	(115.885)
Depreciação acelerada incentivada	(49.189)	(49.189)	-	-
Ganho com derivativos diversos e hedge accounting	(74.828)	11.410	(64.619)	(21.619)
Vendas em trânsito e ajuste ao valor presente	(570)	(452)	-	(119)
Total de IR e CS passivo	**(320.145)**	**(99.307)**	**(64.619)**	**(156.220)**
Saldo de IR e CS diferidos	**87.499**	**(123.045)**	**(64.619)**	**275.163**

O Grupo reconhece créditos tributário diferidos, considerando a avaliação da capacidade de recuperação dos referidos créditos por meio de projeções de lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro. Não há prazo de validade para utilização dos saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases negativas, porém a utilização desses créditos é limitada a 30% dos lucros tributáveis. Em 31/03/2026, a Cia. e o Grupo apresentam a seguinte expectativa de realização de ativos fiscais diferidos, incluindo prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:

	Controladora 2026	Consolidado 2026
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	(12.565)	(75.698)
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	(30.005)	(80.219)
de 1º/04/2028 a 31/03/2029	(29.377)	(29.377)
de 1º/04/2029 a 31/03/2030	(22.635)	(22.635)
de 1º/04/2030 a 31/03/2031	(25.470)	(25.470)
de 1º/04/2031 a 31/03/2033	(52.151)	(52.151)
de 1º/04/2034 a 31/03/2035	(89.398)	(89.398)
Abril de 2035 em diante	(17.711)	(17.711)
Total de realização dos tributos diferidos com efeito no resultado	(279.312)	(392.659)
Tributos diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(14.985)	(14.985)
Total do ativo e passivo diferidos	(294.297)	(407.644)

(b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Lucro antes dos impostos	395.916	170.270	504.601	268.725
IR e CS às alíquotas nominais (34%)	(134.611)	(57.892)	(171.564)	(91.367)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	181.351	111.024	-	-
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(1.154)	(1.532)	(1.648)	(1.780)
Incentivos fiscais	-	-	-	-
Exclusões receita com CBIOs	1.679	9.997	2.799	11.957
Crédito Fiscal - Lei nº 14.789/23	2.170	4.231	13.611	15.031
Outras	4.147	452	4.103	8.986
Benefício fiscal referente juros sobre o capital próprio	-	-	95.489	21.080
Tributação juros sobre o capital próprio	(95.489)	(21.080)	(95.489)	(21.080)
Redução da base do IRPJ sobre 10%	-	-	24	6
Benefício fiscal sobre o PAT e doações incentivadas	-	-	2.085	-
IRPJ/CSLL recuperado referente à exercícios anteriores (i)	18.677	-	18.677	-
Despesa com IR e CS	(23.229)	40.969	(131.913)	(72.197)
Alíquota efetiva de IR e CS	-6%	24%	-26%	-27%
IR e CS correntes	52.007	-	(8.869)	(15.247)
IR e CS diferidos	(75.236)	40.969	(123.044)	(56.950)

i) No exercício social findo em 31/03/2026, a Controladora reconheceu créditos de Imposto de Renda referente aos anos-calendários de 2021 e 2022. O crédito decorre de revisão na apuração do tributo, realizada de forma retroativa, na qual foram realizados ajustes na exclusão de valores relativos à depreciação acelerada dos custos incorridos na formação de canaviais, bem como a incorporação de incentivos fiscais disponíveis à época. Como resultado dessas alterações, foi apurado prejuízo fiscal nesses anos-calendários, gerando direito à restituição do montante do Imposto de Renda anteriormente pago, o qual foi reconhecido contabilmente como tributos a recuperar (Nota 12). **14. Investimento em Controlada**

Em sociedade controlada	NEOMILLE 2026	NEOMILLE 2025
Percentual de participação	100,00%	100,00%
Capital social	964.569	964.569
Patrimonio líquido	1.646.386	1.444.340
Lucro líquido do exercício	533.386	311.830

Investimentos	2026	2025
Saldo inicial de investimento	1.444.340	1.243.973
Resultado de equivalência patrimonial	533.386	311.830
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Efeitos de hedge accounting	49.511	(37.404)
Juros sobre o capital próprio	(280.850)	(74.059)
Deliberação de dividendos	(100.000)	-
Saldo final de investimento	1.646.386	1.444.340

Balanço patrimonial	NEOMILLE 2026	NEOMILLE 2025
Ativo		
Circulante	1.811.696	1.541.941
Não circulante	2.298.164	2.188.994
Total do ativo	4.109.860	3.730.935
Passivo		
Circulante	438.853	831.631
Não circulante	2.024.621	1.454.964
Total do passivo	2.463.474	2.286.595
Patrimônio líquido	1.646.386	1.444.340
Total do passivo e patrimônio líquido	4.109.860	3.730.935

Demonstração do resultado	2026	2025
Lucro operacional	858.204	650.267
Resultado financeiro	(216.133)	(225.270)
Lucro antes do IR e da CS	642.071	424.997
Imposto de renda e contribuição social	(108.684)	(113.166)
Lucro líquido do exercício	533.386	311.830

Em 2025, a Controlada deliberou a distribuição mensal de Juros sobre o Capital Próprio ("JSCP"), totalizando R$ 272.683, bem como a distribuição de JSCP relacionados a exercícios retroativos de apuração e que não foram pagos na ocasião, no montante de R$ 8.167. As deliberações e aprovações em Assembleia Geral Ordinária estão sendo realizadas mensalmente, com os respectivos efeitos reconhecidos contabilmente na data de suas aprovações Vide informações adicionais sobre a sociedade controlada e suas operações na Nota 1. **15. Imobilizado**

Controladora	Terras	Edificações e dependências	Equipamentos e instalações	Veículos e implementos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Adiantamento a fornecedores (i)	Imobilizado em andamento (i)	Canaviais (ii)	Formação floresta (iii)	Total
Saldo em 31/03/2024	1.691	84.453	391.780	54.194	698	4.843	23.610	132.913	248.101	16.567	958.850
Custo total	1.691	115.621	833.156	162.574	3.285	23.133	23.610	132.913	417.174	16.567	1.729.724
Depreciação acumulada	-	-31.168	-441.376	-108.380	-2.587	-18.290		-	-169.073	-	-770.874
Valor residual	1.691	84.453	391.780	54.194	698	4.843	23.610	132.913	248.101	16.567	958.850
Adições	-	14	7.915	8.335	91	609	53.469	309.270	132.259	25.720	537.682
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	13.281	7.635	2.701	23.617
Baixas	-	-	-	(1.229)	-	-	-	-	-	-	(1.229)
Transferências	-	21.220	267.852	5.127	610	1.623	(62.344)	(234.088)	-	-	-
Transferências para bens disponíveis para venda	-	-	(75)	(117)	-	-	-	-	-	-	(192)
Transferências para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.432)	(15.432)
Depreciação	-	(3.357)	(48.788)	(9.481)	(232)	(1.373)	-	-	(61.407)	-	(124.638)
Saldo em 31/03/2025	1.691	102.330	618.684	56.829	1.167	5.702	14.735	221.376	326.588	29.556	1.378.658
Custo total	1.691	136.855	1.108.541	161.932	3.986	25.361	14.735	221.376	557.068	29.556	2.261.101
Depreciação acumulada	-	(34.525)	(489.857)	(105.103)	(2.819)	(19.659)	-	-	(230.480)	-	(882.443)
Valor residual	1.691	102.330	618.684	56.829	1.167	5.702	14.735	221.376	326.588	29.556	1.378.658
Adições	272.498	412	16.415	7.974	54	258	15.100	95.627	103.465	5.065	516.868
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	3.454	9.038	4.387	16.879
Baixas	-	-	(2)	(42)	-	-	(3.569)	(26)	-	-	(3.639)
Transferências	-	54.118	275.902	2.904	229	1.334	(26.193)	(308.294)	-	-	-
Transferências para bens disponíveis para venda	-	-	-	(2.230)	-	-	-	-	-	-	(2.230)
Depreciação	-	(4.255)	(63.444)	(7.479)	(238)	(1.688)	-	-	(99.476)	-	(176.580)
Saldo em 31/03/2026	274.189	152.605	847.555	57.956	1.212	5.606	73	12.137	339.615	39.008	1.729.956
Custo total	274.189	191.385	1.400.787	149.103	4.267	26.449	73	12.137	636.367	39.008	2.733.765
Depreciação acumulada	-	(38.780)	(553.232)	(91.147)	(3.055)	(20.843)	-	-	(296.752)	-	(1.003.809)
Valor residual	274.189	152.605	847.555	57.956	1.212	5.606	73	12.137	339.615	39.008	1.729.956
Taxa média de depreciação	-	2,2%	6,3%	9,1%	9,4%	18,5%	-	-	16,7%		

Consolidado	Terras	Edificações e dependências	Equipamentos e instalações	Veículos e implementos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Adiantamento a fornecedores (i)	Imobilizado em andamento (i)	Canaviais (ii)	Formação floresta (iii)	Total
Saldo em 31/03/2024	31.223	481.422	1.612.586	55.174	3.223	11.269	25.723	140.601	248.101	43.999	2.653.321
Custo total	31.223	519.650	2.122.696	163.589	5.901	30.458	25.723	140.601	417.174	43.999	3.501.014
Depreciação acumulada	-	(38.228)	(510.110)	(108.415)	(2.678)	(19.189)	-	-	(169.073)	-	(847.693)
Valor residual	31.223	481.422	1.612.586	55.174	3.223	11.269	25.723	140.601	248.101	43.999	2.653.321
Adições	-	14	8.044	41.365	172	1.093	53.850	342.784	132.259	68.764	648.345
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	13.281	7.635	7.200	28.116
Baixas	-	-	(40)	(1.229)	-	(5)	-	-	-	(329)	(1.603)
Transferências	-	28.284	301.069	5.916	777	3.171	(64.514)	(274.703)	-	-	-
Transferências para bens disponíveis para venda	-	-	(75)	(117)	-	-	-	-	-	-	(192)
Transferências para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.389)	(42.389)
Depreciação	-	(13.625)	(115.101)	(10.834)	(454)	(2.348)	-	-	(61.407)	-	(203.769)
Saldo em 31/03/2025	31.223	496.095	1.806.483	90.275	3.718	13.180	15.059	221.963	326.588	77.245	3.081.829
Custo total	31.223	547.948	2.431.384	196.766	6.850	34.709	15.059	221.963	557.068	77.245	4.120.215
Depreciação acumulada	-	(51.853)	(624.901)	(106.491)	(3.132)	(21.529)	-	-	(230.480)	-	(1.038.386)
Valor residual	31.223	496.095	1.806.483	90.275	3.718	13.180	15.059	221.963	326.588	77.245	3.081.829
Adições	272.498	412	19.001	67.626	100	1.267	40.693	155.008	103.465	9.456	669.526
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	3.597	9.038	11.220	23.855
Baixas	-	-	(2)	(892)	(3)	-	(3.569)	(26)	-	-	(4.492)
Transferências	-	54.454	292.144	3.494	392	1.693	(27.758)	(324.419)	-	-	-
Transferências para bens disponíveis para venda	-	-	(127)	(2.230)	-	-	-	-	-	-	(2.357)
Depreciação	-	(14.635)	(131.200)	(14.429)	(489)	(2.834)	-	-	(99.476)	-	(263.063)
Saldo em 31/03/2026	303.721	536.326	1.986.299	143.844	3.718	13.306	24.425	56.123	339.615	97.921	3.505.298
Custo total	303.721	602.814	2.741.336	243.240	7.335	37.134	24.425	56.123	636.367	97.921	4.750.416
Depreciação acumulada	-	(66.488)	(755.037)	(99.396)	(3.617)	(23.828)	-	-	(296.752)	-	(1.245.118)
Valor residual	303.721	536.326	1.986.299	143.844	3.718	13.306	24.425	56.123	339.615	97.921	3.505.298
Taxa média de depreciação	-	2,2%	6,1%	9,3%	9,3%	18,1%	-	-	16,7%		

Em garantia aos credores de determinadas operações de empréstimos e financiamentos tomados pela Cia., foram dados bens do ativo imobilizado que em conjunto perfazem o montante contábil de aproximadamente R$ 1.008.692 (31/03/2025 – R$ 729.664). (i) Expansões e/ou melhorias dos processos industriais realizados pelo Grupo. Em 31/03/2026 os principais projetos em andamento têm como objetivo a ampliação da rede de vinhaça e construção de um barracão de biomassa. (ii) Custo incorrido no plantio da cana-de-açúcar, que após seu exercício de maturação (estimado entre 12 e 18 meses), passa a ser colhida por aproximadamente 6 safras, motivo pelo qual a Cia. adota a sistemática de depreciação conforme estimativa de produção da lavoura ao longo das safras subsequentes. O custo incorrido na manutenção das lavouras, após o plantio, está apresentado na rubrica de Ativos Biológicos (Nota 11). (iii) Plantação de eucalipto que, após seu exercício de maturação (estimado em 7 anos), será transformado em cavaco utilizado na combustão das caldeiras de vapor. Em garantia aos credores de determinadas operações de empréstimos e financiamentos tomados pelo Grupo, foram dados bens do ativo imobilizado que em conjunto perfazem o montante contábil de aproximadamente R$ 1.502.368 (31/03/2025 – R$ 1.238.198).

16. Direito de uso	Controladora Terras	Controladora Terras Parcerias	Controladora Veículos e implementos	Controladora Total	Consolidado Terras	Consolidado Terras Parcerias	Consolidado Veículos e implementos	Consolidado Total
Saldo em 31/03/2024	167.973	348.713	45.296	561.982	177.325	410.807	45.296	633.428
Adições - Notas 18. a) e 18. b)	23.748	123.465	13.387	160.600	23.748	123.465	13.387	160.600
Baixas	(23.011)	-	-	(23.011)	(23.011)	-	-	(23.011)
Remensurações	(49.313)	15.959	54	(33.299)	(49.376)	3.873	54	(45.449)
Depreciação	(11.281)	(81.252)	(18.062)	(110.595)	(12.079)	(85.428)	(18.062)	(115.569)
Saldo em 31/03/2025	108.116	406.886	40.676	555.677	116.607	452.717	40.676	609.999
Custo total	165.211	831.026	101.448	1.097.686	175.667	890.495	101.448	1.167.611
Depreciação acumulada	(57.095)	(424.141)	(60.773)	(542.009)	(59.060)	(437.779)	(60.773)	(557.612)
Valor residual	108.116	406.886	40.676	555.677	116.607	452.717	40.676	609.999
Saldo em 31/03/2025	108.116	406.886	40.676	555.677	116.607	452.717	40.676	609.999
Adições - Notas 18. a) e 18. b)	-	157.558	-	157.558	-	173.690	-	173.690
Baixas	(9.136)	(31.556)	-	(40.692)	(9.136)	(31.556)	-	(40.692)
Remensurações	5.580	(36.172)	-	(30.592)	6.248	(32.881)	-	(26.633)
Depreciação	(11.048)	(82.846)	(17.465)	(111.358)	(11.906)	(87.507)	(17.465)	(116.878)
Saldo em 31/03/2026	93.513	413.870	23.211	530.594	101.813	474.463	23.211	599.487
Custo total	161.655	920.856	101.448	1.183.960	172.780	999.748	101.448	1.273.976
Depreciação acumulada	(68.143)	(506.986)	(78.238)	(653.366)	(70.966)	(525.286)	(78.238)	(674.490)
Valor residual	93.513	413.870	23.211	530.594	101.813	474.463	23.211	599.487

Estão reconhecidos como ativo, o direito de uso obtido através de celebração de contratos que transferem ao Grupo o direito de controlar o uso de um ativo por determinado exercício, mediante uma contraprestação, enquadrados como contratos de arrendamentos, locações (veículos e máquinas) e parcerias agrícolas, embora esse último, tenha sua natureza jurídica diversa aos arrendamentos. Segue a movimentação do direito de uso do ativo:

17. Fornecedores	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Fornecedores de cana-de-açúcar (i)	15.289	24.392	15.289	24.423
Fornecedores diversos (ii)	96.410	125.691	132.588	173.734
Fornecedores de milho (iii)	83	-	16.380	1.720
Fornecedores - Compra de terras (iv)	261.566	-	261.566	-
Fornecedores - partes relacionadas - nota 7 (b)	2.417	-	14.888	-
	375.765	150.083	440.712	199.877
Circulante	(172.994)	(150.083)	(237.941)	(199.877)
Não circulante	202.771	-	202.771	-
	375.765	150.083	440.712	199.877

(i) Os valores a pagar a fornecedores de cana-de-açúcar referem-se à cana recebida e ainda não liquidada, incluindo, quando aplicável, o saldo remanescente do complemento de preço - normalmente quitado entre os meses de janeiro e março - calculado com base no preço final da safra. As informações sobre o índice ATR considerado no cálculo estão divulgadas na Nota 1.3. Adicionalmente, o saldo contempla os valores a repassar aos fornecedores de cana-de-açúcar relativos à participação no reconhecimento dos Créditos de Descarbonização (CBIOs) - Nota 8 (b). (ii) O saldo de fornecedores diversos refere-se a compras de materiais, insumos, serviços e bens do ativo imobilizado. (iii) O aumento do saldo a pagar para fornecedores de milho decorre, principalmente, da retomada das compras, dentro da estratégia de compra de matéria-prima pela Controlada. (iv) A Cia. possui saldo a pagar pela aquisição de terras, que compreende R$ 114.222 a ser pago em parcelas fixas e R$ 147.344 em parcelas variáveis, atreladas às cotações de soja (derivativo embutido). Esses contratos foram classificados no passivo circulante e não circulante como fornecedores, em função de sua natureza contratual e forma de liquidação. Os saldos a pagar foram inicialmente reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados a uma taxa de 15,62%, que reflete os riscos, o prazo e as condições de mercado relacionadas, conforme CPC 12 - Ajuste a Valor Presente. Os saldos são mensurados pelo custo amortizado, sendo atualizada até a liquidação. As parcelas variáveis possuem derivativo embutido, pois estão sujeitas a variações de cotação da soja, sendo atualizadas em cada data de reporte. Essa mensuração considera as cotações futuras da soja cotadas em dólar na CBOT, cotações futuras do dólar para os respectivos vencimentos e taxa de desconto, em 31/03/2026 de 15,28%, apuradas conforme CPC 46 / IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo A administração monitora continuamente os riscos de mercado inerentes a esses passivos, especialmente a exposição às variações do preço da soja e da taxa de câmbio, realizando os ajustes necessários para refletir tais riscos. As variações subsequentes à data do contrato, decorrentes do ajuste a valor presente e do ajuste ao valor justo, são reconhecidas no resultado financeiro dos exercícios em que ocorrerem. Abaixo a composição e movimentação do saldo a pagar pela aquisição de terras:

	Controladora e consolidado
Valor nominal	384.733
Ajuste ao valor presente (AVP) das parcelas em soja a incorrer	(65.921)
Ajuste ao valor presente (AVP) das parcelas fixas a incorrer	(52.798)
Ajuste ao valor presente (AVP) incorrido - Nota 28	11.112
Derivativo embutido (ajuste ao valor justo) - Nota 28	16.808
Pagamentos	(32.368)
Valor contábil	261.566
Circulante	(58.795)
Não circulante	202.771
	261.566

Os saldos de fornecedores relacionados a aquisição de terras no passivo não circulante, têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Controladora e consolidado	2026	2025
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	49.716	-
de 1º/04/2028 a 31/03/2029	43.207	-
de 1º/04/2029 a 31/03/2030	39.694	-
de 1º/04/2030 a 31/05/2031	70.154	-
	202.771	-

Os valores reconhecidos como fornecedores, ao custo amortizado, se aproximam de seu valor justo. **18. Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar** Para os contratos que o Grupo reconheceu direito de uso, descritos na Nota 16, foi reconhecido como contrapartida um passivo de arrendamento através do fluxo de caixa descontado das contraprestações futuras, conforme descrito no item (c) dessa nota. Segue a movimentação dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar: (a) **Arrendamentos a pagar:**

	Controladora Compromissos de arrendamentos	Controladora Ajuste a valor presente dos arrendamentos operacionais	Controladora Passivo de arrendamento	Consolidado Compromissos de arrendamentos	Consolidado Ajuste a valor presente dos arrendamentos operacionais	Consolidado Passivo de arrendamento
Saldo em 31/03/2024	211.889	38.588	250.475	219.290	41.226	260.514
Adições	37.135	-	37.135	37.135	-	37.135
Remensurações	(49.060)	-	(49.060)	(49.060)	-	(49.060)
Pagamentos	(52.752)	-	(52.752)	(52.815)	-	(52.815)
Apropriação encargos financeiros	-	13.072	13.072	(1.647)	13.072	11.425
Baixas	(23.878)	-	(23.878)	(23.878)	1.296	(22.582)
Saldo em 31/03/2025	123.334	51.660	174.992	129.025	55.594	184.617
Remensurações	13.571		13.571	14.239	-	14.239
Pagamentos	(52.091)		(52.091)	(53.854)	-	(53.854)
Apropriação encargos financeiros	-	22.148	22.148	-	23.481	23.481
Baixas	(9.938)	-	(9.938)	(9.938)	-	(9.938)
Saldo em 31/03/2026	74.876	73.808	148.683	79.472	79.075	158.546
Circulante			22.141			22.630
Não circulante			126.542			135.916
			148.683			158.546

Além do montante a pagar pelo arrendamento de terras agrícolas, os saldos também são compostos por contratos de locação de veículos e máquinas, sendo os referidos saldos descontados pelas taxas de acordo com data de inclusão de cada contrato. Os saldos de arrendamentos a pagar no passivo não circulante, têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	-	17.626	-	18.083
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	23.495	21.969	24.052	22.490
de 1º/04/2028 a 31/03/2029	14.305	12.327	14.944	12.924
de 1º/04/2029 a 31/03/2030	11.486	9.458	12.236	10.159
Abril de 2030 em diante	77.256	80.739	84.684	87.685
	126.542	142.119	135.916	151.342

(b) **Parcerias agrícolas a pagar:** No exercício atual houve a contratação de novas parcerias agrícolas. Os contratos em aberto possuem prazo de vencimento até dezembro de 2040, descontado a taxas que variam de 14,32% a 15,70% ao ano.

	Controladora Compromissos de parcerias agrícolas	Controladora Ajuste a valor presente das parcerias agrícolas	Controladora Passivo de parcerias agrícolas	Consolidado Compromissos de parcerias agrícolas	Consolidado Ajuste a valor presente das parcerias agrícolas	Consolidado Passivo de parcerias agrícolas
Saldo em 31/03/2024	382.541	13.929	396.470	435.753	25.341	461.094
Adições	123.465	-	123.465	123.465	-	123.465
Remensurações	15.959	-	15.959	3.873	-	3.873
Baixas				-	-	-
Pagamentos	(129.259)	-	(129.259)	(136.966)	-	(136.966)
Apropriação encargos financeiros	-	52.896	52.896	-	56.262	56.262
Saldo em 31/03/2025	392.706	66.825	459.532	426.125	81.603	507.728
Adições	157.558	-	157.558	173.690	-	173.690
Remensurações	(36.172)	-	(36.172)	(32.881)	-	(32.881)
Baixas	(40.844)	-	(40.844)	(40.844)	-	(40.844)
Pagamentos	(120.328)	-	(120.328)	(128.520)	-	(128.520)
Apropriação encargos financeiros	-	60.828	60.828	-	67.188	67.188
Saldo em 31/03/2026	352.921	127.653	480.574	397.569	148.791	546.361
Circulante			61.592			64.480
Não circulante			418.982			481.881
			480.574			546.361

Os saldos de parcerias agrícolas a pagar no passivo não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	-	58.917	-	61.254
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	55.991	60.037	59.258	62.672
de 1º/04/2028 a 31/03/2029	61.499	60.469	65.262	63.503
de 1º/04/2029 a 31/03/2030	60.452	52.404	65.065	56.157
Abril de 2030 em diante	241.039	157.433	292.295	191.796
	418.982	389.261	481.881	435.384

(c) **Remensuração de caixa das contraprestações a pagar:** Os contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas são remensurados, com as atualizações previstas em contrato sendo elas, IGPM e índice CONSECANA mensal. (d) **Fluxo de caixa das contraprestações a pagar:** Seguindo as práticas previstas no IFRS 16/CPC 06 (R2), o Grupo utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada para esses fluxos, para a mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso. O Grupo apresenta suas taxas incrementais nominais com base no custo estimado de captações observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

Vigência dos contratos e anos	Controladora e Consolidado – Taxa incremental 2026	2025
de 1 a 2	14,32%	16,39%
de 2 a 4	14,45%	16,44%
de 4 a 6	14,94%	16,68%
de 6 a 10	15,65%	17,13%
de 10 a 12	15,70%	17,09%
acima de 12	15,64%	16,87%

As taxas apresentadas acima, seguindo o IFRS 16/CPC 06 (R2), referem-se a taxas adotadas na data de adoção inicial ou adição de novos contratos, essas taxas só podem ser alteradas a medida em que novos contratos sejam firmados. Observando também a orientação do Ofício Circular CVM 02/2019, os possíveis créditos de PIS/COFINS foram mantidos na contraprestação dos arrendamentos. Adicionalmente em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, apresentamos a seguir as comparações entre as rubricas dos arrendamentos a receber, passivo de arrendamento e parceria agrícola, do direito de uso, das despesas de depreciação e financeira, para exercício findo em 31 de março de 2026 e para os exercícios futuros, considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Controladora	de 1º/04/2025 a 31/03/2026	de 1º/04/2026 a 31/03/2027	de 1º/04/2027 a 31/03/2028	de 1º/04/2028 a 31/03/2029	de 1º/04/2029 a 31/03/2030	de 1º/04/2030 a 31/03/2031	de 1º/04/2031 a 31/03/2034	de 1º/04/2034 a 31/03/2041	Total
Arrendamentos a receber									
CPC 06 (R2)	9.480	7.748	5.820	3.677	1.291	-	-	-	
Ofício CVM	9.620	7.884	5.939	3.763	1.326	-	-	-	
Variação %	1,48	1,76	2,05	2,35	2,66	-	-	-	
Direito de uso									
CPC 06 (R2)	530.594	434.623	348.124	272.636	209.877	158.868	63.096	-	
Ofício CVM	645.930	543.518	446.257	358.350	282.436	219.426	95.286	-	
Variação %	21,74	25,05	28,19	31,44	34,57	38,12	51,02	-	
Arrendamentos a pagar									
CPC 06 (R2)	148.682	129.535	106.040	91.735	80.249	71.363	47.992	-	
Ofício CVM	154.089	134.863	111.623	96.938	85.199	75.999	51.039	-	
Variação %	3,64	4,11	5,26	5,67	6,17	6,50	6,35	-	
Parcerias agrícolas a pagar									
CPC 06 (R2)	480.574	425.947	369.956	308.457	248.005	192.746	79.088	-	
Ofício CVM	498.566	448.248	394.645	360.296	298.395	239.005	105.365	-	
Variação %	3,74	5,24	6,67	16,81	20,32	24,00	33,23	-	
Despesa com depreciação									
CPC 06 (R2)	(111.358)	(95.971)	(86.499)	(75.488)	(62.759)	(51.009)	(95.772)	(63.096)	(641.952)
Ofício CVM	(116.571)	(102.412)	(97.261)	(87.907)	(75.914)	(63.010)	(124.140)	(95.286)	(762.501)
Variação %	4,68	6,71	12,44	16,45	20,96	23,53	29,62	51,02	18,78
Resultado financeiro									
CPC 06 (R2)	81.078	76.803	67.672	58.404	49.157	40.725	77.597	45.472	496.908
Ofício CVM	83.602	79.803	71.513	64.522	56.928	48.100	142.202	57.759	604.429
Variação %	3,11	3,91	5,68	10,48	15,81	18,11	83,26	27,02	21,64

Consolidado	de 1º/04/2025 a 31/03/2026	de 1º/04/2026 a 31/03/2027	de 1º/04/2027 a 31/03/2028	de 1º/04/2028 a 31/03/2029	de 1º/04/2029 a 31/03/2030	de 1º/04/2030 a 31/03/2031	de 1º/04/2031 a 31/03/2034	de 1º/04/2034 a 31/03/2041	Total
Arrendamentos a receber									
CPC 06 (R2)	9.480	7.748	5.820	3.677	1.291	-	-	-	
Ofício CVM	9.620	7.884	5.939	3.763	1.326	-	-	-	
Variação %	1,48	1,76	2,05	2,35	2,66	-	-	-	
Direito de uso									
CPC 06 (R2)	599.487	497.038	404.062	322.096	252.859	195.373	80.167	-	
Ofício CVM	732.786	623.684	519.528	424.502	341.219	270.569	121.599	-	
Variação %	22,24	25,48	28,58	31,79	34,94	38,49	51,68	-	
Arrendamentos a pagar									
CPC 06 (R2)	158.545	138.909	114.857	99.913	87.677	77.937	51.218	-	
Ofício CVM	164.314	144.969	121.509	106.474	94.207	84.290	55.615	-	
Variação %	3,64	4,36	5,79	6,57	7,45	8,15	8,59	-	
Parcerias agrícolas a pagar									
CPC 06 (R2)	546.361	488.846	429.588	364.326	299.261	238.785	104.991	-	
Ofício CVM	565.172	513.489	458.107	421.349	355.940	292.162	138.380	-	
Variação %	3,44	5,04	6,64	15,65	18,94	22,35	31,80	-	
Despesa com depreciação									
CPC 06 (R2)	(116.878)	(102.449)	(92.976)	(81.966)	(69.237)	(57.486)	(115.206)	(80.167)	(716.365)
Ofício CVM	(122.141)	(109.101)	(104.156)	(95.027)	(83.282)	(70.649)	(148.971)	(121.599)	(854.926)
Variação %	4,50	6,49	12,02	15,93	20,29	22,90	29,31	51,68	19,34
Resultado financeiro									
CPC 06 (R2)	73.386	67.456	58.772	50.011	41.372	33.650	61.640	37.681	423.968
Ofício CVM	75.836	70.173	62.083	55.370	48.186	39.912	122.565	46.551	520.676
Variação %	3,34	4,03	5,63	10,72	16,47	18,61	98,84	23,54	22,81

continua...

ZapSign - f2a660b9-0348-499c-aac8-1537c73bed1e | Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Continuação...

19. Empréstimos e financiamentos

Indexador	Taxa de juros % (a.a)	Vencimento final	Garantias	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
PRÉ/SELIC/TLP	1,69 a 8,50	dez/35	Hipoteca + Prop. Fiduc. + Ces. de créditos + Aplic. Financ. + Aval da CPar	56.209	46.873	56.209	46.873
PRÉ	7,00 a 8,50	out/37	Hipoteca + Cessão de créditos + Aval da CParticipações e Cbioenergia + Fiança Bancária	-	-	106.362	71.178
SELIC	1,73 a 2,09	out/37	Hipoteca + Aval da Cparticipações + Fiança Bancária	-	-	20.180	9.848
SELIC	1,80 a 2,42	mar/42	Hipoteca + Aval da CParticipações	-	-	562.519	427.559
TLP/SELIC	2,42 a 5,14	nov/41	Hipoteca + Alienação fiduc. + Cessão de créditos + Aval da Cparticipações	154.218	76.169	154.218	76.169
PRÉ	9,50	dez/25	Alienação fiduciária	-	480	-	480
TR	2,30	jan/36	Carta de fiança	40.298	13.733	40.298	13.733
CDI	1,80	ago/28	Aval Neomille	152.345	152.085	152.345	152.085
CDI	1,70 a 1,75	dez/28	Aval Neomille	299.809	308.520	299.809	308.520
CDI	1,70 a 1,75	mar/27	Aval CBioenergia	-	-	109.728	187.955
PRÉ	13,15 a 13,28	mai/25	Estoque de milho	-	-	-	123.316
				702.879	597.860	1.501.668	1.417.716
				-	-	(161)	-
				(175.308)	(34.164)	(315.759)	(291.362)
				527.571	563.696	1.185.748	1.126.354

O valor justo dos empréstimos e financiamentos estão sendo divulgados na Nota 20. Os saldos de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	-	175.329	-	301.789
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	167.216	158.776	222.704	201.864
de 1º/04/2028 a 31/03/2029	150.356	140.447	210.111	182.371
Abril de 2029 em diante	209.999	89.144	752.933	440.330
	527.571	563.696	1.185.748	1.126.354

A movimentação dos empréstimos, está apresentada na Nota 30. ***Covenants*** O Grupo possui obrigações especiais e cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (*covenants*) em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, cujos descumprimentos poderão levar o credor a declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações e exigir o imediato pagamento, pelo Grupo, do valor nominal devidamente atualizado. Os *covenants* financeiros exigidos pelos contratos são: (i) a razão entre Dívida Líquida por EBITDA Ajustado; (ii) a razão entre Dívida Líquida por Patrimônio Líquido; (iii) a razão entre EBITDA Ajustado por Resultado Financeiro (líquido); e (iv) Liquidez Corrente Ajustada. As medições dos índices financeiros e os demais requisitos estão integralmente cumpridos. **20. Debêntures**

Modalidade	Série	Classe	Indexador	Remuneração % (a.a)	Emissão	Vencimento final	Periodicidade Amortizações	Garantias	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Em moeda nacional:												
CRA (i)	Única	Simples, não conversíveis em ações	IPCA	5,0097	mar/21	mar/26	Única, no vencimento	Aval CBioenergia	-	-	-	314.709
CRA (ii)	Única	Simples, não conversíveis em ações	IPCA	6,2253	abr/22	abr/29	Abril 2028 e 2029	Aval CBioenergia	-	-	714.342	689.233
CRA (iii)	Única	Simples, não conversíveis em ações	CDI	1,50	jul/22	mar/28	Anual, após carência de 21 meses	Aval CBioenergia	-	-	117.535	176.371
CRA (iv)	1ª	Simples, não conversíveis em ações	PRÉ	14,07	set/25	dez/32	Dezembro 2031 e 2032	Aval CBioenergia	-	-	210.495	-
CRA (iv)	2ª	Simples, não conversíveis em ações	IPCA	8,45	set/25	dez/32	Dezembro 2031 e 2032	Aval CBioenergia	-	-	183.280	-
CRA (iv)	3ª	Simples, não conversíveis em ações	CDI	105,00	set/25	dez/32	Dezembro 2031 e 2032	Aval CBioenergia	-	-	112.964	-
Debêntures	Única	Simples, não conversíveis em ações	IPCA	6,98	mar/20	set/32	Anual, após carência de 48 meses	Cessão de créditos	244.605	237.000	244.605	237.000
Debêntures	Única	Simples, não conversíveis em ações	IPCA	7,96	mar/23	mar/31	Semestral, após carência de 72 meses	Sem Garantias	391.740	376.472	391.740	376.472
Debêntures	Única	Simples, não conversíveis em ações	IPCA	8,31	dez/24	dez/34	Semestral, após carência de 84 meses	Sem Garantias	628.565	602.380	628.565	602.380
Saldo de Debêntures reconhecido ao custo amortizado									1.264.910	1.215.852	2.603.526	2.396.165
Saldo de marcação a mercado das operações de derivativos "swap de taxa de juros" - Hedge accountig (v)									(35.662)	-	(83.766)	-
									1.229.248	1.215.852	2.519.760	2.396.165
Circulante									(17.554)	(15.157)	(77.217)	(407.507)
Não circulante									1.211.694	1.200.695	2.442.543	1.988.658

(i) Debêntures utilizadas como lastro em operação de securitização (32ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ISEC Securitizadora). (ii) Debêntures utilizadas como lastro em operação de securitização (150ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ECO Securitizadora). (iii) CPR-F utilizadas como lastro em operação de securitização (206ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ECO Securitizadora). (iv) Debêntures utilizadas como lastro em operação de securitização (411ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ECO Securitizadora). Os saldos de debêntures no passivo não circulante, têm a seguinte composição de vencimento:

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	-	45.529	-	129.387
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	45.812	49.272	149.619	129.117
de 1º/04/2028 a 31/03/2029	126.683	132.138	426.490	433.487
Abril de 2029 em diante	1.039.199	973.756	1.866.434	1.296.667
	1.211.694	1.200.695	2.442.543	1.988.658

A movimentação das debêntures, está apresentada na Nota 30. ***Covenants*** O Grupo possui obrigações especiais e cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (*covenants)* em determinados contratos de debêntures, cujos eventuais descumprimentos poderão levar o credor a declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações e exigir o imediato pagamento, pelo Grupo, do valor nominal devidamente atualizado. Os *covenants* financeiros exigidos pelos contratos são: (i) a razão entre Dívida Líquida por EBITDA Ajustado; (ii) a razão entre Dívida Líquida por Patrimônio Líquido; e (iii) a razão entre EBITDA Ajustado por Resultado Financeiro (líquido). As medições dos índices financeiros e demais requisitos foram integralmente cumpridas para data base 31/03/2026. **Valor justo dos empréstimos e financiamentos e debêntures** Em 31/03/2026 e 2025, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos e debêntures mensurados ao custo amortizado e designados para hedge accounting do Grupo se aproximam do valor justo. A administração avaliou e concluiu que as dívidas pós-fixadas, incluindo o valor contábil das dívidas designadas para *hedge accounting* já considerando o *swap*, continuam representando a taxa média de captação do Grupo, e para as dívidas pré-fixadas calculou o valor justo corrigindo as parcelas futuras pelas taxas contratadas até seu vencimento, e trouxe a valor presente pela curva futura do CDI em cada data-base. A administração apurou o valor justo dos CRAs, com base nas informações de negociação do mercado secundário em 31/03/2026, que segue conforme demonstrado abaixo de forma comparativa com o saldo contábil:

Modalidade	Código	Indexador	Vencimento	Valor justo*	Saldo contábil - Dívida	Saldo Contábil - Swap	Consolidado Valor Justo - Swap
CRA 2022	CRA021005W1	IPCA + 6,2253% a.a.	15/03/2028	697.035	733.038	(89.881)	(42.837)
Debênture	CERR18	IPCA + 8,31%	15/12/2034	625.860	651.214	(24.342)	(22.221)
CRA 2025 - 1ª	CRA025008C1	Pré 14,0659%	15/12/2032	213.703	218.354	777	3.747
CRA 2025 - 2ª	CRA025008C2	IPCA + 8,4473%	15/12/2032	191.901	191.977	(770)	(2.679)

(*) Calculado com base nas informações de negociação do mercado secundário em 31/03/2026. **21. Tributos a recolher – Passivo não circulante** A administração do Grupo, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, ingressou e obteve mandados de segurança, nos quais discute temas a seguir:

Controladora	2025	Adições	Reversões	Liquidações	Encargos Financeiros	2026
Exclusão de ICMS/PIS/COFINS da Contribuição Previdenciária (i)	49.085	3.892	-	-	5.459	58.436
Diferencial de Alíquotas (ii)	22.686	-	-	-	2.291	24.977
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	348	-	-	-	39	387
IRPJ e CSLL Sobre rendimentos financeiros abaixo do IPCA (iii)	30.747	-	-	-	3.220	33.966
Outros temas em discussão	2.853	-	-	(2.853)	-	-
	105.718	3.892	-	(2.853)	11.009	117.766

Consolidado	2025	Adições	Reversões	Liquidações	Encargos Financeiros	2026
Exclusão de ICMS/PIS/COFINS da Contribuição Previdenciária (i)	49.085	3.892	-	-	5.459	58.436
Diferencial de Alíquotas (ii)	22.686	-	-	-	2.291	24.977
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	1.315	-	-	-	2.194	3.509
IRPJ e CSLL Sobre rendimentos financeiros abaixo do IPCA (iii)	30.747	-	-	-	3.220	33.967
Outros temas em discussão	13.916	10.896	-	(2.853)	-	21.959
Temas em discussão	117.749	14.788	-	(2.853)	13.163	142.848
Parcelamento IRPJ	1.587	-	-	(828)	-	759
Parcelamento CSLL	571	-	-	(298)	-	273
Parcelamentos tributários	2.158	-	-	(1.126)	-	1.032
	119.907	14.788	-	(3.979)	-	143.879

(i) Suspensão da exigibilidade da inclusão do ICMS, do PIS e da COFINS na base de cálculo da contribuição previdenciária devida pela agroindústria, do exercício de novembro de 2017 a janeiro de 2026, para o qual já foi obtida decisão favorável em 1ª instância. (ii) Suspensão da exigibilidade do diferencial de alíquota nas compras de fornecedores localizados em outra unidade federativa, de julho de 2019 a março de 2023. (iii) Suspensão da exigibilidade da tributação do IRPJ e CSLL, sobre a parcela da inflação embutida nos rendimentos de aplicações financeiras, do exercício de outubro de 2020 a julho de 2023, exercício em que a Controladora apurou imposto de renda e contribuição social corrente e afastou o recolhimento da parcela devido a liminar favorável obtida através de mandado de segurança. Amparado pelos referidos mandados de segurança, a parcela dos referidos tributos em questionamento não vem sendo recolhida e estão sendo atualizadas segundo as mesmas regras aplicáveis para tributos em atraso, estando apresentado no passivo não-circulante, levando-se em consideração que a administração prevê que seu julgamento final não deverá ocorrer em prazo inferior a 12 meses, sendo também possível, em eventual julgamento com desfecho desfavorável do processo, ser objeto de pedido de parcelamento. **22. Provisão para contingências** O Grupo é parte em processos trabalhistas, tributários e cíveis e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes de processos tributários, cíveis e administrativos são estimadas, registradas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de consultores legais externos para as causas classificadas como de risco de perda provável. As provisões para eventuais perdas de processos trabalhistas são registradas para todas as causas nas quais o Grupo é parte, independente da sua classificação de risco de perda, sendo a estimativa apurada levando-se em consideração a esfera na qual se encontra o processo e o histórico dos pagamentos efetuados nos últimos doze meses para os processos liquidados na mesma esfera (% apurado do valor pago sobre o valor da causa). (a) **Perdas prováveis** As provisões estão demonstradas a seguir:

Controladora	2025	Adições	Reversões	Liquidações	2026
Trabalhistas	7.450	4.261	(2.537)	(6.706)	2.468
Tributária	171	212	(383)		-
Civel	59	-	-	-	59
	7.680	4.473	(2.920)	(6.706)	2.527
Circulante	5.676				1.428
Não circulante	2.004				1.099
	7.680				2.527

Controladora	2024	Adições	Reversões	Liquidações	2025
Trabalhistas	13.417	10.532	(2.509)	(13.990)	7.450
Tributária	171	-	-	-	171
Civel	50	9	-	-	59
	13.638	10.541	(2.509)	(13.990)	7.680
Circulante	11.446				5.676
Não circulante	2.192				2.004
	13.638				7.680

Consolidado	2025	Adições	Reversões	Liquidações	2026
Trabalhistas	8.708	4.703	(3.062)	(7.635)	2.714
Tributária	1.041	297	(383)	-	955
Administrativo	-	-	-	-	-
Civel	59	-	-	-	59
	9.808	5.000	(3.445)	(7.635)	3.728
Circulante	6.745				1.589
Não circulante	3.063				2.139
	9.808				3.728

Consolidado	2024	Adições	Reversões	Liquidações	2025
Trabalhistas	14.489	11.796	(2.814)	(14.763)	8.708
Tributária	801	240		-	1.041
Administrativo	3	-	(3)	-	-
Civel	50	9	-	-	59
	15.343	12.045	(2.817)	(14.763)	9.808
Circulante	12.431				6.745
Não circulante	2.912				3.063
	15.343				9.808

(b) **Passivos contingentes** Os processos cuja probabilidade de perda seja avaliada pelos assessores jurídicos da Cia. como possível, que precisam ser confirmados por eventos futuros ainda incertos, e que estão fora do controle da Cia. e sua Controlada, não foram objeto de provisão contábil. Os passivos contingentes são representados pelas naturezas abaixo demonstradas:

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Ambientais	475	244	554	294
Cíveis				
Indenizatórias	337	2	363	2
Outras	2.313	758	2.737	1.182
Tributário				
Tributos federais (i)	27.924	22.460	100.975	61.409
Compensação tributos federais	4.374	3.863	4.494	3.967
ICMS (ii)	70.551	66.786	70.551	66.786
Outras	60	52	1.446	52
Total	106.033	94.165	181.120	133.692

Processos tributários (i) Os processos da Controladora são decorrentes, substancialmente, de Procedimento Fiscal lavrado para exigência dos valores relativos às contribuições relacionadas à Riscos ambientais e previdenciária sobre a Comercialização da Produção Rural. Já os processos da Controlada tratam-se, substancialmente, de execução fiscal ajuizada pela União Federal para cobrança de débito de IPI, na qual não foi reconhecida pela fiscalização a possibilidade de inclusão desse débito na sistemática de pagamento especial prevista no artigo 3º MP nº 470/2009, por entender não se tratar de débito indevidamente compensado com o crédito-prêmio de IPI e, dessa forma, desconsiderando o pagamento já efetuado pela Controlada. Adicionalmente, no exercício, passou a compor o contencioso tributário da Controlada, processo administrativo relacionado à não homologação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, de créditos de PIS e COFINS declarados em PER/DCOMP, o qual se encontra em fase de manifestação de inconformidade, ainda pendente de julgamento na esfera administrativa (ii) Os processos tratam de suposto crédito de ICMS indevido na Controladora, oriundos do registro de controle de crédito de ICMS do ativo permanente – CIAP e de créditos de ICMS de óleo diesel aplicado em algumas atividades agrícolas. **23. Adiantamentos de clientes** Em 31/03/2025 e 31/03/2026, os saldos correspondem, substancialmente, a contratos de compra e venda de açúcar *Very High Polarization* (VHP) no valor nominal de R$ 700.000, os quais são atualizados pela variação dos Certificados de Depósito Interbancários – CDI. e taxa de juros que variam entre 1,90% e 2,20% Os adiantamentos de clientes são recebidos especialmente de *tradings* que comercializam o açúcar que será produzido pela Cia. no mercado externo. Estes adiantamentos são obrigações de contratos com clientes e os volumes de açúcar serão entregues conforme especificações e prazos definidos em contrato. A composição de vencimento dos saldos está demonstrada a seguir, por exercício social:

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	-	298.879	-	300.382
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	357.735	284.884	377.128	284.884
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	147.570	125.942	147.570	125.942
de 1º/04/2028 a 31/03/2029	127.493	108.782	127.493	108.782
	632.798	818.487	652.191	819.990
Circulante	357.734	298.879	377.127	300.382
Não circulante	275.064	519.608	275.064	519.608
	632.798	818.487	652.191	819.990

24. Patrimônio líquido (a) Capital social O capital social da Cia. está dividido em 458.277.128 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **(b) Resultado por ação** O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Cia. pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	372.687	196.528
Média ponderada do número de ações ordinárias no exercício - em milhares	458.277	458.277
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	0,8132	0,4288

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido ou prejuízo atribuível aos acionistas da Cia. pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas), ajustada pela quantidade média ponderada dos instrumentos com efeitos diluidores. Em 31/03/2026 e 2025, como a Cia. não possui nenhum instrumento com efeito diluidor, o resultado diluído é igual ao resultado básico por ação. **(c) Dividendos** De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculados sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/03/2026, deliberou pela antecipação da distribuição de dividendos no montante de R$ 100.000, os quais encontram-se apresentados no passivo circulante, sendo R$ 74.792 atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios e R$ 55.504 atribuídos como dividendos complementares. Adicionalmente, a Administração propõe, *ad-referendum* da Assembleia Geral Ordinária a que forem submetidas estas demonstrações financeiras para aprovação, a destinação parcial do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31/03/2026 para o pagamento de dividendos complementares, no montante de R$ 30.196, baseado em orçamento de capital a ser submetido em conjunto para aprovação pela referida Assembleia. A Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/07/2025, deliberou pela distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relacionados com o exercício social findo em 31/03/2025, no montante de R$ 46.676 e de dividendos complementares no montante de R$°28.005. Em 31/03/2026, os valores correspondentes a dividendos complementares propostos e não distribuídos foram registrados em conta específica no Patrimônio Líquido, sendo posteriormente reclassificado para o Passivo Circulante, para fins de pagamento, após a devida aprovação deliberada em Assembleia.

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	372.687	196.528
(-) Reserva legal (5%)	(11.846)	(9.826)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(61.673)	-
(=) Base de cálculo de dividendos	299.168	-
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (25% estatutário)	(74.792)	(46.676)
(-) Dividendos complementares	(55.404)	(28.005)
(=) Total de dividendos no exercício	(130.196)	(74.681)

(d) Reserva de lucros Reserva legal A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e até o limite de 20% do capital social. Em 31/03/2026, referido limite foi integralmente atingido, razão pela qual a Cia. deixará de constituir novos montantes para essa reserva, salvo na hipótese de aumento de capital social, que restabeleça a base de cálculo para sua recomposição. **Reserva de incentivos fiscais** Em 31/03/2025, a reserva de incentivos fiscais da Controladora corresponde aos valores da subvenção Produzir e do Crédito outorgado de ICMS registrados até 31/12/2023, em decorrência da Lei nº 14.789/2023. Esses benefícios foram inicialmente reconhecidos no resultado dos respectivos exercícios e, posteriormente, transferidos para a rubrica reserva de incentivos fiscais, conforme disposto no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014. Com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça no Tema 1.182 e em pareceres de assessores jurídicos, a Cia., em 31/12/2025, excluiu os incentivos fiscais relacionados ao diferimento de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. Entre 2019 e 2022, considerando decisões judiciais favoráveis em primeira instância e o referido entendimento do STJ, foram excluídos R$ 61.673 das apurações de IRPJ e CSLL (Nota 1.8). A Administração, apoiada na avaliação da assessoria jurídica, adicionou o referido saldo à sua reserva de incentivos fiscais no exercício findo em 31/03/2026. Até 31/12/2023, a legislação permitia a inclusão dos incentivos fiscais na base de cálculo da distribuição de dividendos, condicionada à sua tributação pelo IRPJ e CSLL às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A Cia. optou por não incluir tais incentivos na base do dividendo mínimo obrigatório, mantendo-os integralmente na reserva de incentivos fiscais. A partir de 1º/01/2024, em função das alterações introduzidas pela Lei nº 14.789/2023, esses valores não são mais transferidos para a referida reserva, passando a compor o lucro líquido passível de destinação pelos acionistas em assembleia geral. A partir de janeiro de 2024, devido a alteração na Legislação Tributária o referido benefício fiscal deixou de ser incorporado à Reserva de Incentivos Fiscais, passando a compor o lucro líquido a ser destinado pelos acionistas. **Reserva de retenção de lucros** Diante do saldo remanescente do lucro líquido do exercício social apurado em 31/03/2026, foi retido o saldo remanescente de R$ 168.972, conforme demonstrado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Em 31/03/2026, a Cia. manteve Reserva de Retenção de Lucros no valor de R$ 592.518, com destinação prevista para investimentos e capital de giro, conforme orçamento de capital elaborado pela administração. O saldo das reservas de lucros, excluídas as reservas de incentivos fiscais, ultrapassa o valor do capital social, atingindo o limite previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76. A administração está avaliando as alternativas para adequação ao referido dispositivo legal, podendo incluir proposta de destinação de lucros, reversão parcial de reservas ou outras medidas societárias cabíveis. As deliberações sobre a destinação do lucro ocorrerão conforme definido pela administração e submetidas ao órgão societário competente, na forma da legislação aplicável. **(e) Ajustes de avaliação patrimonial** Corresponde aos resultados de marcação a mercado das operações com instrumentos financeiros derivativos, ainda não realizadas, classificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa, apurados a partir da adoção em 1°/04/2022. O referido saldo está apresentado líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e será revertido do patrimônio líquido ao resultado do exercício a medida em que ocorrem a realização das referidas operações que foram objetos de *hedge*. A composição do saldo está demonstrada a seguir:

Controladora	2026	2025
Efeitos de instrumentos finaceiros derivativos na Controladora - Hedge accounting	(44.072)	(70.965)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Hedge accounting na Controladora	14.984	24.128
Total Controladora	(29.088)	(46.837)
Efeitos de instrumentos finaceiros derivativos na Controlada - Hedge accounting	-	(75.017)
		25.506
Total Controlada - reconhecido na Controladora por equivalência patrimonial	-	(49.511)
Ajustes de avaliação patrimonial	(29.088)	(96.348)

25. Classificação e valor justo 25.1 Classificação A classificação de ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

Controladora	Custo amortizado 2026	Valor justo por meio do resultado 2026	Valor justo por meio do resultado abrangente 2026	Total 2026	Custo amortizado 2025	Valor justo por meio do resultado 2025	Valor justo por meio do resultado abrangente 2025	Total 2025
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	761.190	-	-	761.190	898.996	-	-	898.996
Aplicações financeiras	127.133	-	-	127.133	9.989	938	-	10.927
Instrumentos financeiros derivativos	-	130.057	44.641	174.698	-	-	91.208	91.208
Contas a receber e outros ativos	59.857	-	-	59.857	38.243	-	-	38.243
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber	8.167	-	-	8.167	24.809	-	-	24.809
Arrendamentos a receber	9.480	-	-	9.480	9.506	-	-	9.506
Depósitos judiciais	1.364	-	-	1.364	1.946	-	-	1.946
	967.191	130.057	44.641	1.141.889	983.489	938	91.208	1.075.635
Passivos financeiros								
Fornecedores e outros passivos	361.274	16.808	-	378.082	152.327	-	-	152.327
Arrendamentos e parcerias a pagar	629.257	-	-	629.257	634.524	-	-	634.524
Empréstimos e financiamentos	702.879	-	-	702.879	597.860	-	-	597.860
Debêntures	1.229.248	-	-	1.229.248	1.215.852	-	-	1.215.852
Instrumentos financeiros derivativos	-	74.699	1.459	76.158	-	1.355	113.036	114.391
Adiantamentos de clientes	632.798	-	-	632.798	818.487	-	-	818.487
Dividendos a pagar	100.000	-	-	100.000	46.676	-	-	46.676
	3.655.456	91.507	1.459	3.748.422	3.465.726	1.355	113.036	3.580.117

Consolidado	Custo amortizado 2026	Valor justo por meio do resultado 2026	Valor justo por meio do resultado abrangente 2026	Total 2026	Custo amortizado 2025	Valor justo por meio do resultado 2025	Valor justo por meio do resultado abrangente 2025	Total 2025
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	1.399.318	-	-	1.399.318	1.470.898	-	-	1.470.898
Aplicações financeiras	312.757	17.901	-	330.658	9.989	7.700	-	17.689
Instrumentos financeiros derivativos	-	257.740	44.641	302.381	-	14.550	246.907	261.457
Contas a receber e outros ativos	206.918	-	-	206.918	255.614	-	-	255.614
Arrendamentos a receber	9.480	-	-	9.480	9.506	-	-	9.506
Depósitos judiciais e compulsórios	19.139	-	-	19.139	19.007	-	-	19.007
	1.947.612	275.641	44.641	2.267.894	1.765.014	22.250	246.907	2.034.171
Passivos financeiros								
Fornecedores e outros passivos	427.109	16.808	-	443.917	203.207	-	-	203.207
Arrendamentos e parcerias a pagar	704.907	-	-	704.907	692.345	-	-	692.345
Empréstimos e financiamentos	1.501.507	-	-	1.501.507	1.417.716	-	-	1.417.716
Debêntures	2.519.760	-	-	2.519.760	2.396.165	-	-	2.396.165
Instrumentos financeiros derivativos	-	165.456	1.459	166.915	-	-	221.054	221.054
Adiantamentos de clientes	652.191	-	-	652.191	821.940	-	-	821.940
Dividendos a pagar	100.000	-	-	100.000	46.676,00	-	-	46.676,00
	5.905.474	182.264	1.459	6.089.197	5.578.049	-	221.054	5.799.103

25.2 Valor justo dos ativos e passivos Exceto por contratos a termo de etanol e dólar, negociados no ambiente da B3, classificados no Nível 1, os ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo foram classificados no Nível 2 e foram avaliados levando em consideração preços observáveis, direta ou indiretamente, para o ativo ou passivo, por não possuírem preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos. Os ativos biológicos, por ter preços não observáveis e pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo na data de mensuração, foram avaliados pelo método do fluxo de caixa descontado (Nível 3), a movimentação está apresentada na Nota 11.2. As aquisições de terras foram mensuradas ao valor justo com base em técnicas de avaliação que utilizam premissas internas não observáveis, dada a ausência de mercado ativo para esse tipo de ativo. Por esse motivo, tais mensurações foram classificadas como Nível 3 na hierarquia de valor justo. A movimentação dos respectivos saldos é apresentada na Nota 17.1.

Controladora	Nível 1 2026	Nível 2 2026	Nível 3 2026	Nível 1 2025	Nível 2 2025	Nível 3 2025
Ativo						
Aplicações financeiras	-	-	-	-	938	-
Instrumentos financeiros derivativos	46.893	127.805	-	-	81.222	-
Ativos biológicos	-	-	235.665	-	-	201.977
	46.893	127.805	235.665	-	82.160	201.977
Passivo						
Fornecedores - Terras	-	-	16.808	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.607	73.551	-	38.556	75.835	-
	2.607	73.551	16.808	38.556	75.835	-

Consolidado	Nível 1 2026	Nível 2 2026	Nível 3 2026	Nível 1 2025	Nível 2 2025	Nível 3 2025
Ativo						
Aplicações financeiras	-	17.901	-	-	7.700	-
Instrumentos financeiros derivativos	51.279	251.102	-	20.098	236.921	-
Ativos biológicos	-	-	320.530	-	-	267.076
	51.279	269.003	320.530	20.098	244.621	267.076
Passivo						
Fornecedores - Terras	-	-	16.808	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	11.661	155.254	-	38.558	182.496	-
	11.661	155.254	16.808	38.558	182.496	-

26. Receita de contratos com clientes

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Receita de contratos com clientes:				
Faturamento	1.815.204	1.571.025	4.565.048	4.013.058
Tributos sobre venda	(163.291)	(218.753)	(494.138)	(517.551)
Incentivos fiscais	23.169	45.167	217.308	216.839
	1.675.082	1.397.439	4.288.218	3.712.346
Composição da receita líquida de vendas:				
Açúcar VHP (vi)	898.033	323.274	898.034	323.275
Etanol hidratado (i)	483.449	812.162	1.729.580	1.992.077
Etanol anidro (ii)	-	-	725.495	496.867
Energia elétrica	171.142	151.503	165.792	143.560
CBIOs	3.748	22.210	6.244	26.576
DDGs + WDGs	-	-	382.504	357.570
Óleo de milho	-	-	156.950	117.698
Outras (iii)	95.541	43.123	6.325	37.884
Incentivos fiscais (iv)	23.169	45.167	217.294	216.839
	1.675.082	1.397.439	4.288.218	3.712.346

A variação na receita de contratos de clientes consolidada apresentada entre os exercícios está relacionada ao aumento dos volumes produzidos e comercializados de açúcar, em linha com as expansões industriais (Nota 1.1) bem como à melhoria nos preços de comercialização do etanol e dos coprodutos. **27. Custos e despesas por natureza** O Grupo apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação dos custos e despesas baseados na sua função. A natureza desses custos e despesas apropriados estão apresentadas a seguir:

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Consumo de matéria-prima e insumos	(373.232)	(371.651)	(1.751.312)	(1.693.347)
Corte, transbordo e transporte	(101.673)	(89.053)	(101.673)	(89.053)
Salários, encargos e benefícios	(108.302)	(124.338)	(237.755)	(226.545)
Material de uso e consumo	(104.255)	(98.302)	(148.064)	(142.043)
Serviços de terceiros	(54.398)	(57.656)	(125.516)	(123.195)
Fretes sobre vendas	(127.905)	(78.506)	(193.469)	(132.988)
Depreciação e amortização	(64.665)	(49.399)	(151.275)	(128.677)
Depreciação de canaviais	(93.093)	(62.686)	(93.093)	(62.686)
Depreciação direito de uso	(107.504)	(108.781)	(107.504)	(108.781)
Amortização de tratos (ativo biológico)	(134.515)	(122.922)	(134.515)	(122.922)
Amortização de gastos de entressafra	(129.784)	(98.838)	(129.784)	(98.838)
Custo de energia (revenda)	(61.018)	(43.118)	(61.018)	(43.118)
Custos de venda CBIOS	(2.915)	(5.560)	(6.085)	(9.984)
Outras receitas (despesas), líquidas	(20.135)	(11.317)	(32.301)	(33.834)
	(1.483.394)	(1.322.128)	(3.273.364)	(3.016.011)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.268.803)	(1.133.190)	(2.869.398)	(2.684.052)
Despesas com vendas	(149.356)	(102.386)	(271.846)	(211.088)
Despesas gerais e administrativas	(65.236)	(86.552)	(132.120)	(120.871)
	(1.483.394)	(1.322.128)	(3.273.364)	(3.016.011)

A variação entre os exercícios decorre do maior volume comercializado de açúcar, além do aumento de depreciação, em linha com os investimentos de expansão efetuados nas safras anteriores (Nota 1.1). Em 31/03/2026, a Cia. reconheceu recebimento de cana-de-açúcar vinculado aos seus contratos agrários no montante de R$ 155.095 (em 31/03/2026 - R$ 148.958), a qual é estornada do resultado para fins de adequação ao IFRS16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos. **28. Outras receitas (despesas), líquidas**

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Resultado na alienação de imobilizado	4.197	1.957	4.080	(4.311)
Incentivos fiscais (a)	-	-	-	1.011
Crédito tributários - Lei 14.789/23	6.383	12.443	40.032	44.211
Resultado na venda de sucata	3.157	1.513	3.206	1.783
Impostos e taxas	(1.907)	(1.430)	(2.155)	(1.637)
Recuperação de despesas	1.927	3.874	2.479	4.839
Recuperação de créditos tributários	779	18.687	896	18.687
Rescisões de contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas	10.089	-	10.089	-
Doações	-	-	(1.228)	-
Outras	(1.661)	(1.174)	602	529
Outras receitas (despesas), líquidas	22.964	35.870	58.001	65.112

(a) Refere-se a benefícios fiscais instituídos para incentivar o desenvolvimento econômico, a instalação de projetos de infraestruturas para a produção no município de Maracaju-MS. O incentivo fiscal consiste em reduzir até 60% do valor correspondente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente sobre os serviços tomados de construção civil necessários para implantação da referida unidade produtiva. **29. Resultado financeiro**

	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(223.283)	(154.848)	(486.305)	(403.400)
Encargos financeiros sobre adiantamentos de clientes e demais passivos	(106.852)	(96.504)	(106.982)	(100.023)
AVP arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	(82.976)	(62.681)	(90.669)	(68.886)
AVP compra de terras - Nota 17	(11.112)	-	(11.112)	-
Derivativo embutido compra de terras (ajuste ao valor justo) - Nota 17	(16.808)	-	(16.808)	-
Resultado líquido de operações com derivativos	(34.490)	(7.591)	(71.029)	(2.984)
Tributos sobre operações financeiras	(32.500)	(8.386)	(38.346)	(10.754)
Juros e atualização monetária sobre tributos a recolher	(11.685)	(7.292)	(14.385)	(8.353)
Despesas e comissões bancárias	(14.081)	(10.367)	(26.442)	(20.484)
Despesas com avais - Nota 8	(953)	(1.184)	(4.170)	(4.442)
Despesas financeiras	(534.740)	(348.853)	(866.248)	(619.326)
Rendimento de aplicação financeiras	110.371	86.104	218.418	125.955
Juros sobre créditos tributários (a)	25.497	1.829	28.685	4.346
AVP arrendamentos	1.898	1.510	1.898	1.510
Outras receitas financeiras	12.144	8.266	16.284	11.101
Receitas financeiras	149.910	97.709	265.285	142.912
Resultado financeiro	(384.830)	(251.144)	(600.963)	(476.414)

Os encargos financeiros sobre empréstimos, financiamento e debêntures de recursos aplicados para financiamento de ativos qualificáveis foram capitalizados e estão apresentados segregadamente na Nota 30 (c). **30. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (a) Venda de imobilizado** Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

	Nota	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Baixa contábil líquida - venda imobilizado	15	3.639	1.229	3.639	1.603
Baixa contábil líquida - venda bens disponíveis para venda		885	149	885	149
Receita na alienação de bens		733	1.123	1.643	784
Valores recebidos na alienação de imobilizado		5.257	2.501	6.167	2.536

(b) Atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa

	Nota	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025
Adições totais ao imobilizado e intangível					
Adição de imobilizado (inclui canavial)	15	(509.027)	(521.700)	(655.637)	(627.864)
Adição de intangível		(1.168)	(47)	(1.292)	(69)
Efeitos que não envolvem caixa					
Juros capitalizados	15	(7.841)	(15.982)	(14.817)	(20.481)
Aquisição de imobilizado por meio de fornecedores		266.014	-	266.014	-
Aquisição de imobilizado por meio de financiamento	30.c	85.412	17.989	202.960	17.989
Total de adições conforme demonstração do fluxo de caixa		(166.610)	(519.740)	(202.772)	(630.425)

(c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento ("FCF")

Controladora	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Instrumentos financeiros derivativos (líquidos)	Arrendamentos e parcerias a pagar	Arrendamentos a receber	Adiantamentos de clientes	Dividendos e JSCP a pagar	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Total
Saldo em 31 de março de 2024	**765.723**	**616.519**	**(42.479)**	**646.945**	**(17.911)**	**873.431**	**-**	**(1.181.855)**	**(16.016)**	**1.644.357**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa										
Captações	-	600.000	-	-	-	-	-	-	-	600.000
Pagamentos	(177.381)	(59.920)	-	(127.260)	-	-	-	-	-	(364.561)
Recebimentos	-	-	-	-	10.114	-	-	-	-	10.114
Encargos financeiros pagos	(86.568)	(40.058)	-	(54.752)	-	-	-	-	-	(181.378)
Variação líquida	-	-	20.020	-	-	(150.033)	-	282.859	6.677	159.523
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa										
Captações	17.989	-	-	-	-	-	-	-	-	17.989
Destinação de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	-	46.676	-	-	46.676
Adição, baixa e remensuração de passivo de arrendamento	-	-	-	104.489	(199)	-	-	-	-	104.290
Juros capitalizados	23.617	-	-	-	-	-	-	-	-	23.617
Efeitos hedge accounting	(1.057)	-	45.278	-	-	-	-	-	-	44.221
Variações monetárias, Consecana ou de instrumentos financeiros	55.537	99.311	364	65.101	(1.510)	95.089	-	-	(1.588)	312.304
Saldo em 31 de março de 2025	**597.860**	**1.215.852**	**23.183**	**634.524**	**(9.506)**	**818.487**	**46.676**	**(898.996)**	**(10.927)**	**2.417.152**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa										
Captações	26.810	-	-	-	-	-	-	-	-	26.810
Pagamentos	(20.484)	-	-	(114.809)	-	-	(74.681)	-	-	(209.974)
Recebimentos	-	-	-	-	9.914	-	-	-	-	9.914
Encargos financeiros pagos	(80.692)	(97.129)	-	(57.609)	-	-	-	-	-	(235.430)
Variação líquida	-	-	(78.883)	(40.843)	-	(291.596)	-		(114.648)	(525.970)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa								137.806		
Captações para aquisição de ativo fixo (FINAME/FINEM)	85.412	-	-	-	-	-	-	-	-	85.412
Destinação de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	-	128.005	-	-	128.005
Adição, baixa e remensuração de passivo de arrendamento	-	-	-	125.019	(7.990)	-	-	-	-	117.029
Juros capitalizados	16.879	-	-	-	-	-	-	-	-	16.879
Efeitos hedge accounting	-	(35.663)	(78.139)	-	-	-	-	-	-	(113.802)
Variações monetárias, Consecana ou de instrumentos financeiros	77.094	146.188	35.299	82.976	(1.898)	105.907	-	-	(1.558)	444.007
Saldo em 31 de março de 2026	**702.879**	**1.229.248**	**(98.540)**	**629.258**	**(9.480)**	**632.798**	**100.000**	**(761.190)**	**(127.133)**	**2.160.033**

Consolidado	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Instrumentos financeiros derivativos (líquidos)	Arrendamentos e parcerias a pagar	Arrendamentos a receber	Adiantamentos de clientes	Dividendos e JSCP a pagar	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Total
Saldo em 31 de março de 2024	**1.571.053**	**1.906.533**	**(82.144)**	**721.608**	**(17.911)**	**910.492**	**-**	**(1.703.099)**	**-**	**3.306.532**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa										
Captações	101.028	600.000	-	-	-	-	-	-	-	701.028
Pagamentos	(343.894)	(178.379)	-	(132.349)	-	-	-	-	-	(654.622)
Recebimentos	-	-	-	-	10.114	-	-	-	-	10.114
Encargos financeiros pagos	(121.503)	(169.404)	-	(59.016)	-	-	-	-	-	(349.923)
Variação líquida	-	-	(55.787)	-	-	(183.641)	-	232.201	(15.410)	(22.637)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa		-								
Captações para aquisição de ativos fixos (FINAME/FINEM)	17.989	-	-	-	-	-	-	-	-	17.989
Destinação de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	-	46.676	-	-	46.676
Adição, baixa e remensuração de passivo de arrendamento	-	-	-	92.339	(199)	-	-	-	-	92.140
Juros capitalizados	23.617	4.499	-	-	-	-	-	-	-	28.116
Efeitos hedge accounting	(1.057)	-	101.951	-	-	-	-	-	-	100.894
Variações monetárias, Consecana ou de instrumentos financeiros	170.483	232.916	(4.423)	69.763	(1.510)	95.089	-	-	(2.279)	560.039
Saldo em 31 de março de 2025	**1.417.716**	**2.396.165**	**(40.403)**	**692.345**	**(9.506)**	**821.940**	**46.676**	**(1.470.898)**	**(17.689)**	**3.836.346**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa										
Captações	26.810	484.837	15.095	-	-	-	-	-	-	526.742
Pagamentos	(189.945)	(385.083)	-	(120.376)	-	-	(74.681)	-	-	(770.085)
Recebimentos	-	-	-	-	9.914	-	-	-	-	9.914
Encargos financeiros pagos	(159.200)	(198.295)	-	(61.996)	-	-	-	-	-	(419.491)
Variação líquida	-	-	(78.883)	(40.845)	-	(325.204)	-	71.580	(309.552)	(682.904)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa		-								
Captações para aquisição de ativos fixos (FINAME/FINEM)	202.031	-	-	-	-	-	-	-	-	202.031
Destinação de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	-	128.005	-	-	128.005
Adição, baixa e remensuração de passivo de arrendamento	-	-	-	145.110	(7.990)	-	-	-	-	137.120
Juros capitalizados	16.879	6.976	-	-	-	-	-	-	-	23.855
Efeitos hedge accounting	(162)	(83.767)	(29.873)	-	-	-	-	-	-	(113.802)
Variações monetárias, Consecana ou de instrumentos financeiros	187.378	298.927	(1.402)	90.669	(1.898)	155.455	-	-	(3.417)	725.712
Saldo em 31 de março de 2026	**1.501.507**	**2.519.760**	**(135.466)**	**704.907**	**(9.480)**	**652.191**	**100.000**	**(1.399.318)**	**(330.658)**	**3.603.443**

31. Informações por segmento a) **Resultado consolidado por segmento**

31 de março de 2026

CONSOLIDADO	"Cana" Etanol	"Cana" Açucar	"Cana" Energia	"Milho" Etanol	"Milho" "Co-produtos de milho"	"Outros não segmentos"	Eliminações	Total
Receita de contratos com clientes	**509.918**	**898.033**	**240.960**	**2.146.619**	**552.127**	**59.464**	**(118.903)**	**4.288.218**
Custo dos Produtos Vendidos	(448.492)	(622.374)	(192.382)	(1.274.573)	(409.948)	(40.531)	118.903	(2.869.398)
Variação do valor de mercado do ativo biológico	12.821	19.887	-	-	-	(0)	-	32.708
Lucro Bruto	**74.247**	**295.546**	**48.578**	**872.045**	**142.179**	**18.933**	**-**	**1.451.528**
Margem bruta	14,56%	32,91%	20,16%	40,62%	25,75%	31,84%	0,00%	33,85%
Despesas com vendas	(24.860)	(102.908)	(11.594)	(91.694)	(30.796)	(9.994)	-	(271.846)
Demais despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(74.119)	-	(74.119)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**49.387**	**192.639**	**36.984**	**780.351**	**111.383**	**(65.180)**	**-**	**1.105.563**
Margem operacional	9,69%	21,45%	15,35%	36,35%	20,17%	-109,61%	0,00%	25,78%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	(732.876)	-	(732.876)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	**372.687**

31 de março de 2025

Consolidado	"Cana" Etanol	"Cana" Açucar	"Cana" Energia	"Milho" Etanol	"Milho" "Co-Produtos de Milho"	"Outros nãosegmentos"	Eliminações	Total
Receita de contratos com clientes	**871.496**	**323.274**	**179.160**	**1.814.183**	**486.313**	**84.875**	**(46.965)**	**3.712.336**
Custo dos Produtos Vendidos	(797.340)	(191.290)	(132.851)	(1.507.912)	(52.274)	(49.424)	46.965	(2.684.126)
Variação do valor de mercado do ativo biológico	(16.308)	-	-	-	-	-	-	(16.308)
Lucro Bruto	**57.849**	**131.983**	**46.309**	**306.271**	**434.039**	**35.451**	**-**	**1.011.902**
Margem bruta	6,64%	40,83%	25,85%	16,88%	89,25%	41,77%	0,00%	27,26%
Despesas com vendas	(41.311)	(37.051)	(17.393)	(73.100)	(35.602)	(6.672)	-	(211.130)
Demais despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(55.632)	-	(55.632)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**16.537**	**94.932**	**28.916**	**233.171**	**398.437**	**(26.853)**	**-**	**745.141**
Margem operacional	1,90%	29,37%	16,14%	12,85%	81,93%	-31,64%	0,00%	20,07%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	(548.613)	-	(548.613)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	**196.528**

O segmento "Cana" Etanol da Cia. é responsável pela produção do bagaço de cana utilizado para queima nas caldeiras do segmento "Cana" Energia. Pelo fato do bagaço obtido após a moagem se tratar de resíduo da produção de etanol, não existe transferência de custos do segmento etanol para o segmento de energia, em relação ao bagaço produzido na produção do etanol e utilizado na geração de energia. Os principais custos incorridos na produção de energia são os custos com a biomassa alternativa (eucalipto), depreciação e mão de obra. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, são eliminadas as operações com a Controlada, relacionadas ao fornecimento de energia, vapor e outros, os quais não são eliminados na apresentação do resultado de cada um dos segmentos, vistos isoladamente. O Grupo possui clientes que concentram mais de 49,3% de suas receitas (31/03/2025 – mais de 24,2%). Os três maiores clientes de venda de etanol, correspondem a cerca de 61,6% da receita total, e os 38,4% restante, estão distribuídos entre os demais clientes de energia, açúcar e coprodutos de milho (31/03/2025 – 61,6% e 38,4%, respectivamente). b) **Outros não pertencentes a segmentos reportáveis** A receitas informadas na coluna "outros não segmentados" referem-se a vendas pontuais subprodutos da cana, prestação de serviços agrícolas e venda soja em ambos os exercícios. As despesas operacionais correspondem a despesas administrativas, gerais e outras operacionais líquidas incorridas pelo Grupo, as quais não são atribuíveis a segmentos específicos. As despesas com vendas diretamente atribuíveis a cada um dos segmentos reportáveis são a eles atribuídos. Já as outras receitas e despesas correspondem ao resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, apurados pelo Grupo. **Ativos operacionais consolidados por segmento** Os principais ativos do Grupo foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custos que estão alocados ou a identificados em função da sua natureza.

continua...

ZapSign - f2a660b9-0348-499c-aac8-1537c73bed1e | Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Continuação...

Consolidado	"Cana"			"Milho"				31 de março de 2026
	Etanol	Açucar	Energia	Etanol	Co-Produtos de Milho	"Outros não Segmentos"	Eliminações	Total
Contas a receber de clientes	8.310	-	7.423	37.567	60.227	375	(5.280)	108.623
Estoques	37.196	1.795	-	54.304	23.697	543.856	-	660.849
Ativos Biológicos	92.379	143.286	-	-	-	84.865	-	320.530
Imobilizado	1.165.646	423.472	140.838	1.565.325	210.017	894	-	3.506.192
Intangível	1.274		-	253	-	-	-	1.527
Direito de Uso	530.594		-	68.893	-	-	-	599.487
Total dos ativos alocados	**1.835.399**	**568.554**	**148.261**	**1.726.342**	**293.941**	**629.991**	**(5.280)**	**5.197.208**
Demais ativos não alocáveis						2.964.023	-	2.964.023
Total dos ativos conforme balanço patrimonial	**1.835.399**	**568.554**	**148.261**	**1.726.342**	**293.941**	**3.594.014**	**(5.280)**	**8.161.231**

Consolidado	"Cana"			"Milho"				31 de março de 2025
	Etanol	Açucar	Energia	Etanol	Co-Produtos de Milho	"Outros não Segmentos"	Eliminações	Total
Contas a receber de clientes	20.026	-	3.418	70.613	76.629	716	(380)	171.021
Estoques	30.863	-	-	63.406	271	523.413	-	617.953
Ativos Biológicos	163.943	-	-	-	-	-	-	163.943
Imobilizado	997.133	259.138	122.387	1.490.797	212.374	-	-	3.081.829
Intangível	554	-	-	255	-	-	-	809
Direito de Uso	555.677	-	-	54.322	-	-	-	609.999
Total dos ativos alocados	**1.768.196**	**259.138**	**125.805**	**1.679.393**	**289.274**	**524.129**	**(380)**	**4.645.554**
Demais ativos não alocáveis						4.278.830	(1.471.109)	2.807.721
Total dos ativos conforme balanço patrimonial	**1.768.196**	**259.138**	**125.805**	**1.679.393**	**289.274**	**4.802.959**	**(1.471.489)**	**7.453.275**

Os valores das adições aos ativos não circulantes, com exceção dos ativos financeiros, impostos diferidos, são representados pelo ativo imobilizado e ativos de direito de uso, e são os seguintes:

Adições	**2026**	**2025**
Cana		
Etanol		204.037
Açucar	411.720	34.214
Energia	92.947	32.106
Subtotal	**56.632**	**270.358**
Milho		
Etanol	108.808	550.690
Co-produtos de milho	8.220	60.643
Subtotal	**117.028**	**611.333**
Total	**678.327**	**881.691**

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos. **32. Benefícios a empregados 32.1 Benefícios assistenciais** O Grupo provê a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, auxílio farmácia, ticket alimentação/refeição, previdência privada, refeitório e auxílio parcial de bolsa de estudo, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados, de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. A concessão destes benefícios obedece ao regime de competência e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício. **32.2 Participação dos funcionários** O Grupo mantém um programa de Participação nos Resultados, pactuado anualmente com os representantes dos colaboradores, com vigência de 12 meses a partir de 1º de abril de cada exercício. O programa tem como objetivo incentivar a melhoria contínua do desempenho, envolvendo aspectos técnicos, operacionais e de relacionamento interpessoal. Em 31/03/2026, a rubrica de "Salários e contribuições sociais", no passivo circulante consolidado, inclui o montante de R$ 25.829 (2025 - R$ 26.074) referente à participação nos seus resultados. Estes benefícios são provisionados no decorrer do exercício e pagos aos funcionários anualmente. **32.3 Incentivo a longo prazo** O ILP (Incentivo a longo prazo) é um instrumento de remuneração de longo prazo, apurado anualmente e iniciado em 1°/04/2015, que visa proteger a remuneração dos executivos do Grupo ao longo dos anos, das variáveis externas do mercado e incentivar a desempenhos superiores, projetando o desenvolvimento do Grupo. Após as apurações das metas financeiras e individuais/setoriais vinculadas ao PPAR (Prêmio de Participação Ativa nos Resultados), é apropriado o percentual da remuneração variável à cada executivo e determinada a parcela que será paga dentro de 4 anos. Em 31/03/2026, a rubrica de "Salários e contribuições sociais", no passivo circulante e não circulante consolidado, inclui o montante de R$ 9.712 (2025 - R$ 8.892), referente ao incentivo de longo prazo que serão liquidados no decorrer dos próximos quatro anos. **33. Compromissos** Em 31/03/2026 e 2025, o Grupo tinha firmado os seguintes compromissos: **(a) Vendas no mercado interno** A Cia. possui 70% e a Controlada 34% do volume de etanol em compromissos de comercialização para safras futuras (em 31/03/2025 a Cia. possuía 71% e a Controlada 34%) contratados, com preço a ser fixado pelo índice ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz semanal, e prêmios já pré-definidos. O Grupo possui contratos celebrados de venda de etanol, cujo compromisso de entrega em m³ está demonstrado na tabela abaixo:

Período de entrega	**Consolidado 2026**
Safra 2025/26	-
Safra 2026/27	505.947
Safra 2027/28	168.000
Volume total compromissado para entrega	**673.947**

(b) Venda de energia elétrica Conforme contrato celebrado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") há o compromisso de venda de energia elétrica conforme demonstrado abaixo:

	Até um ano	De dois a três anos	Acima de três anos	Preço MWh/ ano	Índice correção Vigência Final	Vigência Final
Energia (MW/h)	100.419	299.574	1.048.507	R$ 216,89	IPCA	dez-35
	110.610	327.809	2.458.564	R$ 355,34	IPCA	dez-43
	31.037	92.856	789.276	R$ 313,88	IPCA	dez-45
	242.066	720.239	4.296.347			

(c) Venda de açúcar VHP (mercado externo) Em consonância com a decisão pela implantação da fábrica de açúcar VHP, a Cia. firmou compromissos contratuais de entrega de volumes do produto em safras futuras, que foram negociados em preços fixados ou a fixar, conforme demonstrado abaixo:

Período de entrega	**2026**
Safra 2026/27	343.000
De abril de 2027 em diante	277.000
Volume total compromissado para entrega	620.000

(d) Compra de milho A Controlada celebra contratos de compra de milho junto aos seus fornecedores, a preços pré-estabelecidos, para atender a sua produção de etanol. Em 31/03/2026, a Controlada possuía contratos de compra de milho a preço fixo, totalizando o volume de 562 mil toneladas (31/03/2025 – 708 mil toneladas), a serem entregues até o final de 2026. **34. Cobertura de seguros** O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pela administração para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação e seus consultores de seguros.

Controladora e Consolidado	**Cobertura máxima (is)**
Riscos cobertos	
Seguro Patrimonial - Controlada	500
Seguro Frota - Controlada	3.000 + 100% Fipe
Seguro Garantia - Controlada	2.286
Seguro Patrimonial - Controladora	630
Seguro Frota - Controladora	3.000 + 100% Fipe
Seguro Garantia - Controladora	1.946
Responsabilidade Civil Geral - Controladora	15.000
Riscos Diversos - Controladora	23.407
Seguro Patrimonial - Controladora	5.629
Drone Controladora	798

A Diretoria

Renato Henrique Pretti (Diretor Presidente)

Gustavo de Marchi Galvão Oliveira (Diretor Adm, Financeiro e de RI)

Conselho de Administração

Luciano Sanches Fernandes, Andréa Sanches Fernandes, Caio Fernandes Dias, Roberto Rodrigues, Alexandre Gonçalves Silva e Marcos de Barros Lisboa

Responsável Técnico

Lucas Milhorin - CRC: SP-328522-O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Cerradinho Bioenergia S.A. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cerradinho Bioenergia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA - Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Mensuração do valor justo das lavouras de cana-de-açúcar (ativo biológico) - Notas 2.9, 3.1 (a) e 11** As lavouras de cana-de-açúcar são mensuradas ao valor justo menos despesas de venda, calculadas com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para cana-de-açúcar. A determinação do valor justo das lavouras de cana-de-açúcar é uma estimativa contábil crítica, com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à produtividade do canavial, incluindo: (i) toneladas de cana-de-açúcar por hectare; (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada; e (iii) preço futuro do ATR. Alterações nessas premissas, principalmente as relacionadas com produtividade e preço futuro, podem impactar significativamente os resultados das operações e a posição patrimonial da Companhia e, portanto, esse é um assunto de atenção em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos para mensuração do valor justo desses ativos, bem como a análise do modelo utilizado para essa estimativa. Avaliamos também a razoabilidade da metodologia adotada, bem como da coerência lógica e aritmética do fluxo de caixa descontado e sua consistência em relação ao exercício anterior. Os indicadores-chave de produtividade e preço utilizado pela Companhia foram comparados com dados externos divulgados para o setor sucroalcooleiro, quando aplicável, e com dados históricos internos. Nossos procedimentos de auditoria demonstram que as premissas utilizadas pela administração da Companhia e suas respectivas divulgações em relação a esse tema são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos. **Designação das relações de hedge accounting (Notas 2.5.2, 2.15, 9, 20 e 24(e))** Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e sua controlada têm como objetivo a proteção contra os riscos de volatilidade de preço de commodities, taxas de câmbio e taxas de juros, sendo que determinadas operações contratadas são designadas como instrumento de hedge, conforme a política de contabilidade de hedge (hedge accounting). A contabilização destes instrumentos financeiros derivativos designados como instrumento de hedge requer julgamento relevante na aplicação da política de hedge accounting, especialmente quanto a identificação dos itens e riscos protegidos (objeto de hedge). As variações no valor justo desses instrumentos são registradas no resultado do exercício ou em patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), a serem posteriormente reciclados para o resultado do exercício, a depender da designação inicial do referido instrumento e da sua efetividade. Dessa forma, mudanças na utilização dos instrumentos designados, ou interpretações incorretas no processo de determinação do tipo de hedge (fluxo de caixa ou valor justo) podem impactar significativamente a forma de contabilização desses instrumentos e, consequentemente, os resultados apurados pela Companhia e sua controlada. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos para a contratação, designação, monitoramento e a contabilização dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivas objetos de hedge. Com o suporte de nossos especialistas em tesouraria, avaliamos (i) a suficiência da documentação formal de designação das relações de hedge; (ii) a adequação dos testes de efetividade e dos procedimentos de monitoramento contínuo dessas relações; e (iii) a coerência das bases utilizadas na mensuração dos instrumentos financeiros derivativos e efeitos de hedge. Confirmamos as posições em aberto da data base das demonstrações financeiras com as contrapartes dos contratos. Comparamos as informações obtidas em nossos trabalhos com as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, incluindo a descrição da política de hedge, dos itens protegidos e dos efeitos contábeis das relações de hedge. Discutimos com a administração sobre a deficiência de controle interno identificada e os ajustes corrigidos. Nossos procedimentos de auditoria indicaram que os critérios adotados pela administração da Companhia, bem como as respectivas divulgações, são razoáveis e consistentes com os dados e informações obtidos durante o processo de auditoria. **Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Ribeirão Preto, 16 de junho de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4
Rodrigo de Camargo
Contador CRC 1SP219767/O-1

EDITORA RAIZES LTDA:16880052000130

Assinado de forma digital por EDITORA RAIZES LTDA:16880052000130
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=GO, l=Goiania, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=40619780000177, ou=Certificado Digital, ou=Certificado PJ A1, cn=EDITORA RAIZES LTDA:16880052000130

ZapSign - f2a660b9-0348-499c-aac8-1537c73bed1e | Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)
Última atualização em 18 Junho 2026, 17:32:27

Documento: CERRADINHO BIOENERGIA - DIGITAL 4x 5X52 + 5x24 - 19-06.Pdf
Número: f2a660b9-0348-499c-aac8-1537c73bed1e
Data da criação: 18 Junho 2026, 17:31:28
Hash do documento original (SHA256): c7377ef56f566315e0565236bd4964746a4ce4688ede68a2aa7248f30cd09dba

Assinaturas

FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR
Certificado digital. Verifique se já assinou com ITI ou verificador ZapSign .

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.
Confirme a integridade do documento aqui.

Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número f2a660b9-0348-499c-aac8-1537c73bed1e, segundo os Termos de Uso da ZapSign , disponíveis em zapsign.com.br

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)
Última atualização em 18 Junho 2026, 17:32:28

Assinaturas com certificado digital

Signed by GEAN ALAESSE CORDEIRO (73169390104)
Data: 18/06/2026 20:32:48 +00:00

Assinado com certificado digital em

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.

Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número f2a660b9-0348-499c-aac8-1537c73bed1e, segundo os Termos de Uso da ZapSign , disponíveis em zapsign.com.br